



CONCURSO PÚBLICO

PRIMEIRA FASE

001. PROVA OBJETIVA

ANALISTA JURÍDICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(OPÇÕES: 001 A 013)

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 100 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de **01** a **08**:

Desemprego cai, precarização sobe

A taxa de desemprego de 6,2% apurada pelo IBGE para o trimestre encerrado em maio não representa apenas o patamar mais baixo da série histórica da pesquisa, iniciada em 2012. O indicador reflete a mudança profunda de um mercado de trabalho marcado pela “uberização”, que vai muito além da informalidade dos aplicativos de transportes para se estender a inúmeras atividades criadas com a digitalização da economia.

Os dados do IBGE, monitorados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, atestam que há 39,3 milhões de trabalhadores informais no País, o que não é pouco. E embora a taxa de informalidade tenha caído de 38,1% para 37,8% de um trimestre móvel para outro, é uma queda que deve ser relativizada, já que houve alta de 3,7% daqueles que trabalham como CNPJ, os autônomos da era da “pejotização”. Há alguns anos o emprego atravessa uma fase de precarização, fenômeno não apenas brasileiro, mas mundial.

Num mundo sob novos parâmetros, faz-se necessário o aperfeiçoamento dos critérios de análise para compor um retrato mais fiel do mundo do trabalho. O gráfico do desemprego, em trajetória de queda desde o trimestre encerrado em maio de 2021, não pode ser traduzido como um caminho firme ao pleno emprego, por mais auspiciosos que os dados possam parecer.

Nelson Marconi, professor da FGV Eaesp, comparou, em recente artigo, microdados da Pnad do ano de 2012, quando a taxa de desemprego estava baixa (média de 7,4%) com o ano fechado de 2024 (média de 6,9%). Em vez de abordar as condições de oferta de emprego, como nível de escolaridade e qualificação profissional, o trabalho de Marconi foi orientado pela demanda, buscando identificar quem contrata e para qual tipo de ocupação. Concluiu que o mercado de trabalho no ano passado estava tão aquecido quanto em 2012, mas com empregos de menor qualidade e remunerações mais baixas mesmo para ocupações que demandam maior qualificação.

É o mesmo cenário deste ano, com perda de dinamismo do setor produtivo, redução de setores industriais relevantes e investimento insuficiente em setores tecnologicamente mais sofisticados. Um quadro distante do alvissareiro pleno emprego, já que, ao fim das contas, o saldo é a perda do poder de compra, embora a massa de salários em circulação tenha renovado a máxima da série do IBGE, chegando a R\$ 354,605 bilhões no trimestre terminado em maio.

Os dados confirmam que um indicador isolado pouco reflete a economia como um todo. Enquanto o poder de compra se mantiver corroído por uma inflação acima da meta, a queda no desemprego não significa felicidade.

(Editorial. <https://www.estadao.com.br/opiniao>, 02.07.2025. Adaptado)

01. O editorial desenvolve a tese de que

- (A) a massa de salários em circulação mostra que o baixo patamar de desemprego está associado com melhores condições de vida da maioria dos trabalhadores brasileiros, o que se contrapõe a uma tendência mundial de “uberização”.
- (B) a falta de critérios de análise para compor um retrato mais fiel do mundo do trabalho compromete o entendimento das relações entre desemprego e “uberização”, razão pela qual eles tendem a ser abandonados no Brasil.
- (C) o gráfico do desemprego, que está em queda desde maio de 2021, revela a resiliência da oferta de emprego no Brasil e a superação da “uberização”, com novos postos de trabalho garantindo poder de compra aos cidadãos.
- (D) o baixo patamar de desemprego deve ser analisado em função das condições de trabalho, uma vez que ele não reflete fielmente o pleno emprego, quando se considera a tendência mundial de precarização do emprego.
- (E) a ideia de precarização do emprego parece ser falaciosa, uma vez que estudos, como o do professor da FGV Eaesp, sinalizam boas condições de oferta de emprego, com o mercado de trabalho em 2023 aquecido como em 2012.

02. Considere as passagens do texto:

- Há alguns anos o emprego **atravessa** uma fase de precarização... (2º parágrafo)
- O gráfico do desemprego [...] não pode ser **traduzido** como um caminho firme ao pleno emprego, por mais **auspiciosos** que os dados possam parecer. (3º parágrafo)

No contexto em que estão empregados, os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) transpassa; demonstrado; evidentes.
- (B) intervém; explicado; propícios.
- (C) sofre; interpretado; promissores.
- (D) experimenta; simbolizado, sérios.
- (E) vivencia; transposto; contundentes.

03. Considere as passagens do texto:

- A taxa de desemprego de 6,2% apurada pelo IBGE para o trimestre encerrado em maio não representa apenas o patamar mais baixo da série histórica da pesquisa, iniciada em 2012. **O indicador reflete a mudança profunda de um mercado de trabalho marcado pela “uberização”...** (1º parágrafo)
- O gráfico do desemprego, em trajetória de queda desde o trimestre encerrado em maio de 2021, não pode ser traduzido como um caminho firme ao pleno emprego, **por mais auspiciosos que os dados possam parecer.** (3º parágrafo)
- Um quadro distante do alvissareiro pleno emprego, **já que, ao fim das contas, o saldo é a perda do poder de compra...** (5º parágrafo)

Sem prejuízo ao sentido original, as passagens admitem, correta e respectivamente, as reescritas:

- (A) O indicador reflete, apesar disso, a mudança profunda de um mercado de trabalho marcado pela “uberização”... / ... mesmo que os dados possam parecer auspiciosos. /... enquanto, ao fim das contas, o saldo é a perda do poder de compra...
- (B) O indicador reflete, além disso, a mudança profunda de um mercado de trabalho marcado pela “uberização”... / ... uma vez que os dados possam parecer auspiciosos. /... portanto, ao fim das contas, o saldo é a perda do poder de compra...
- (C) O indicador reflete, portanto, a mudança profunda de um mercado de trabalho marcado pela “uberização”... / ... tanto que os dados possam parecer auspiciosos. /... embora, ao fim das contas, o saldo é a perda do poder de compra...
- (D) O indicador reflete, ainda, a mudança profunda de um mercado de trabalho marcado pela “uberização”... / ... se bem que os dados possam parecer auspiciosos. /... todavia, ao fim das contas, o saldo é a perda do poder de compra...
- (E) O indicador reflete, também, a mudança profunda de um mercado de trabalho marcado pela “uberização”... / ... ainda que os dados possam parecer auspiciosos. /... porque, ao fim das contas, o saldo é a perda do poder de compra...

04. O termo destacado está empregado em sentido figurado em:

- (A) ... é uma queda que deve ser relativizada, já que houve alta de 3,7% daqueles que trabalham como CNPJ, os **autônomos** da era da “pejotização”. (2º parágrafo)
- (B) ... mas com empregos de menor qualidade e remunerações mais baixas mesmo para ocupações que **demandam** maior qualificação. (4º parágrafo)
- (C) ... faz-se necessário o aperfeiçoamento dos critérios de análise para **compor** um retrato mais fiel do mundo do trabalho. (3º parágrafo)
- (D) ... a massa de salários em circulação tenha renovado a **máxima** da série do IBGE, chegando a R\$ 354,605 bilhões no trimestre terminado em maio. (5º parágrafo)
- (E) A taxa de desemprego de 6,2% [...] não representa apenas o **patamar** mais baixo da série histórica da pesquisa, iniciada em 2012. (1º parágrafo)

05. O país deve zelar _____ sua economia para que a população, ansiosa _____ felicidade, possa dedicar-se _____ atividades profissionais que realmente sejam boas ofertas de emprego de qualidade e de boa remuneração _____ ela.

De acordo com a norma-padrão, as lacunas da frase devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) por ... de ... às ... a
- (B) de ... para ... a ... à
- (C) à ... por ... à ... a
- (D) com ... por ... as ... a
- (E) em ... de ... às ... à

06. A concordância verbal e a concordância nominal atendem à norma-padrão em:

- (A) O IBGE dispõe de dados bastante expressivos, os quais atestam que chega a 39,3 milhões o número de trabalhadores informais no País. Além disso, já fazem alguns anos que os empregos brasileiro e mundial atravessam uma fase de precarização.
- (B) O IBGE dispõe de dados bastante expressivos, os quais atestam que se trata de 39,3 milhões de trabalhadores informais no País. Além disso, já faz alguns anos que os empregos brasileiro e mundial atravessam uma fase de precarização.
- (C) O IBGE dispõem de dados bastante expressivos, os quais atestam que se tratam de 39,3 milhões de trabalhadores informais no País. Além disso, já têm alguns anos que os empregos brasileiro e mundial atravessa uma fase de precarização.
- (D) O IBGE dispõem de dados bastantes expressivos, os quais atestam que chegam a 39,3 milhões o número de trabalhadores informais no País. Além disso, já são alguns anos que os empregos brasileiros e mundiais atravessam uma fase de precarização.
- (E) O IBGE dispõe de dados bastantes expressivos, os quais atestam que existem 39,3 milhões de trabalhadores informais no País. Além disso, já são alguns anos que o emprego brasileiros e mundiais atravessa uma fase de precarização.

07. Identifica-se um vício de linguagem e uma figura de linguagem, respectivamente, em:

- (A) Se o poder de compra se manter corroído por uma inflação acima da meta, a queda no desemprego não significa felicidade. / O professor da FGV Eaesp chegou à conclusão de que não houve mudanças quanto às condições de trabalho no país.
- (B) A “uberização” vai muito além da informalidade dos aplicativos de transportes, englobando inúmeras atividades criadas com a digitalização da economia. / Os dados confirmam que um indicador isolado não simboliza a economia como um todo.
- (C) Em um mundo que vive sob novos parâmetros, é necessário o aperfeiçoamento dos critérios de análise para compor um retrato mais fiel do mundo do trabalho. / A perda de dinamismo do setor produtivo é uma bomba para a economia de qualquer país.
- (D) A taxa de desemprego de 6,2% apurada pelo IBGE não representa apenas o patamar mais baixo da série histórica da pesquisa, iniciada há 13 anos atrás. / O país acordou para a necessidade urgente de se combater a inflação acima da meta.
- (E) Uma mão na economia do país implica garantir dinamismo do setor produtivo, e investimento em setores tecnologicamente mais sofisticados. / Um óbice à felicidade da população é a perda do poder de compra devido a uma inflação acima da meta.

08. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de ortografia e acentuação.

- (A) O professor da FGV concluiu que o mercado de trabalho em 2024 não estava mal, mas com empregos de menor qualidade e remunerações aquêm do esperado.
- (B) A inflação acima da meta é um impecilho para que a queda do desemprego represente felicidade para aquelas pessoas que têm o sonho de uma vida melhor.
- (C) O gráfico do desemprego, em trajetória decendente, não pode ser traduzido como um caminho ao pleno emprego no qual não se vê dificuldade alguma.
- (D) A precarização do emprego discrimina os trabalhadores que, embora apoiem as mudanças, esperam que as vantagens advindas não sejam privilégios de poucos.
- (E) Muitos crêem que, num mundo sob novos parâmetros, é preciso aperfeiçoar os critérios de análise afim de compor um retrato mais fiel do mundo do trabalho.

ATUALIDADES

09. Realizado no segundo semestre de 2022, o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) faz novas divulgações sobre a pesquisa ao longo de 2025.

(<https://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2025-04/realizado-em-2022-censo-preve-mais-divulgacoes-ao-longo-de-2025>.
Publicado em 01/04/2025)

O Instituto anunciou, em abril, que

- (A) parte considerável dos imigrantes recebidos na última década vem da África e do Oriente Médio, ultrapassando, numericamente, os latino-americanos.
- (B) Santa Catarina foi o estado que apresentou maior saldo migratório e maior taxa líquida de migração, desbancando São Paulo que teve saldo migratório negativo.
- (C) a taxa de fecundidade que estava em fase de redução no final da década de 2010 voltou a crescer e estabilizou a chamada taxa de reposição, que estava em declínio.
- (D) as quase 15 mil favelas espalhadas por 2 mil municípios brasileiros abrigavam cerca de 20% da população brasileira, predominantemente ligada à informalidade.
- (E) após anos em queda no país, o trabalho de crianças entre 7 e 15 anos teve a primeira alta no final da década de 2010, refletindo a crise econômica desse período.

10. Depois de quatro votações, o Vaticano anunciou em 08/05, através da fumaça branca na Capela Sistina, que um novo papa foi eleito. A escolha foi por Robert Francis Prevost e seu nome será papa Leão XIV.

(<https://cbn.globo.com/mundo/noticia/2025/05/08/habemus-papam-fumaca-branca-sai-e-novo-papa-e-eleito.ghtml> . Adaptada)

O novo papa

- (A) é o terceiro nascido no continente americano, entre os eleitos desde o final da Segunda Guerra Mundial (1939-45).
- (B) recebeu 152 votos dos cardeais presentes na Capela Sistina, fato inédito para as votações anteriores que recebiam 60 ou 70 votos.
- (C) enfrentará desafios herdados do antigo papa Francisco I, tais como as discussões sobre a ecologia e a migração no mundo.
- (D) promete encampar novas tecnologias, incluindo a IA, para ampliar a evangelização de áreas pobres e carentes do mundo.
- (E) admite que concentrará esforços para ampliar o papel da Igreja na Europa que, devido à imigração, tem sofrido forte influência islâmica.

INFORMÁTICA

11. Considere a fórmula inserida na célula C2 de uma planilha Microsoft Excel 365, na sua configuração padrão:

=SE(A2="One-Drive";B2-500*10%;B2-400*5%)

Assumindo que todas as células da planilha estão formatadas na categoria Moeda em reais com duas casas decimais, assinale a alternativa que apresenta o resultado da fórmula se A2 contém "One Drive" e B2 contém o valor R\$ 4.000,00.

- (A) R\$ 50,00
- (B) R\$ 3.950,00
- (C) R\$ 20,00
- (D) R\$ 4.000,00
- (E) R\$ 3.980,00

12. Carlos está participando de uma reunião em grupo no Microsoft Teams 365, em sua configuração original, onde nenhuma tela está sendo compartilhada, mas o grupo está trocando mensagens no chat dessa reunião. De repente, Carlos recebe uma mensagem no chat privado de uma pessoa que não está participando dessa reunião.

Assinale a alternativa correta que indica o que Carlos poderá fazer para responder a essa mensagem, sem sair ou interromper a conversa em grupo em que se encontra no momento.

- (A) Alternar para a tela principal do Teams, clicar no ícone "Chat" fora da conversa em grupo que está em andamento e abrir a conversa recém-recebida da outra pessoa.
- (B) Alternar para a tela principal do Teams, clicar no ícone "Chat" da conversa em grupo que está em andamento e responder à mensagem recebida de outra pessoa.
- (C) Clicar em "Nova reunião" para criar um espaço separado e incluir o usuário que enviou a mensagem no chat privado.
- (D) Aguardar o fim da videoconferência em andamento, pois não é possível alternar entre chats enquanto uma videoconferência está em andamento.
- (E) Clicar em "Nova reunião" e procurar o usuário que enviou a mensagem no chat privado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL E MINISTÉRIO PÚBLICO

13. Mariana é promotora de justiça e está analisando inquérito civil que tem por objeto a apuração da regularidade de condutas praticadas por guardas municipais. O procedimento foi instaurado por iniciativa da Defensoria Pública do Estado, que relata a prática de supostos abusos na realização de prisões em flagrantes durante o período noturno, com o ingresso em residências sem o consentimento prévio dos moradores ou autorização judicial. O caso é apresentado por Mariana à Thelma, analista jurídica, que, após análise, deverá apresentar sua opinião jurídica sobre o processo. Com base na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, Thelma poderá afirmar, de maneira correta, que a entrada dos agentes é
- (A) permitida, desde que haja a certeza da prática de crime.
 - (B) autorizada apenas em situações de violência doméstica, devendo ser posteriormente relatada e justificada à autoridade policial competente.
 - (C) proibida, pois o ingresso de agentes públicos em residências, no período noturno, deve ser precedido de autorização judicial.
 - (D) permitida, caso haja indícios mínimos da existência de situação de flagrante delito, a ser posteriormente justificada.
 - (E) proibida, pois apenas agentes de segurança pública podem realizar diligências, com fins criminais, em residências.
14. A distinção entre normas formal e materialmente constitucionais, para parte da doutrina, traz consigo alguns desafios, pois a indicação do que deva ser o objeto de uma Constituição varia de acordo com a percepção de cada um sobre o papel do Estado, o modo como ele deve ser estruturado e se relacionar com a sociedade. A respeito da classificação das constituições e normas constitucionais, no sistema jurídico brasileiro, é correto afirmar que
- (A) as normas formalmente constitucionais também formam o corpo da Constituição brasileira, que é rígida, e se submetem ao procedimento diferenciado de mudança.
 - (B) as normas constitucionais da antiga Constituição são recepcionadas pela nova Constituição, quando materialmente compatíveis com a nova ordem constitucional.
 - (C) as constituições não escritas adotam, em regra, como parâmetro para o controle de constitucionalidade, as normas formalmente constitucionais.
 - (D) as normas previstas no ADCT não estão no mesmo nível hierárquico das demais normas constitucionais.
 - (E) o constituinte brasileiro adotou o modelo de constituição-garantia (estatutária), de modo que integram o núcleo material da constituição prioritariamente os direitos fundamentais de primeira dimensão.
15. Suponha que é ano de eleições municipais e que o Ministério Público está realizando um conjunto de diligências para apurar a regularidade do processo eleitoral. Para tanto, solicita à Justiça Eleitoral informações sobre a participação de agentes públicos como candidatos a cargos eletivos. Para subsidiar a análise do alto volume de informações, os Promotores de Justiça designados para os casos solicitam que os analistas jurídicos façam um primeiro exame dos documentos e apontem as situações que conflitam com a Constituição Federal. Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, os analistas jurídicos devem considerar regular a situação em que
- (A) militar com mais de dez anos de serviço seja candidato a vereador, desde que, antes do pleito, passe para a inatividade.
 - (B) esposo da chefe do Poder Executivo municipal seja candidato a prefeito, caso a sua esposa não tenha direito à reeleição por ter ocupado o mesmo cargo por dois mandatos consecutivos.
 - (C) ocupante de cargo em comissão, sem nacionalidade brasileira, seja candidato a vereador.
 - (D) maior de setenta anos, ocupante de cargo em comissão, afaste-se do cargo no prazo previsto constitucionalmente e seja candidato a prefeito.
 - (E) ocupante do cargo de prefeito seja candidato à reeleição pela segunda vez consecutiva.
16. Considere que, em um município do Estado de São Paulo, a Secretaria de Saúde emitiu nota técnica, direcionada a seus profissionais, contendo orientação sobre os procedimentos a serem adotados em caso de recusa de tratamento médico por questões de convicção religiosa. Segundo a nota, o paciente testemunha de Jeová, quando maior e capaz, tem o direito de recusar procedimento que envolva transfusão de sangue, com base na autonomia individual e na liberdade religiosa, e, como consequência, faz jus aos procedimentos alternativos disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS), podendo, se necessário, recorrer a tratamento fora de seu domicílio. Parte dos servidores, preocupados com potenciais processos de responsabilização pelos órgãos de fiscalização profissional, encaminharam denúncia ao Ministério Público. O analista jurídico responsável pela análise do caso, com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e na Constituição Federal, deve concluir que a nota
- (A) estará correta, caso seja demonstrada a existência concreta de disponibilidade orçamentária para custear a sua implantação.
 - (B) está incorreta, pois o direito à vida não pode ser sujeito ao processo de ponderação.
 - (C) está correta, devendo a opção pelo tratamento alternativo ser tomada de forma livre, consciente e informada das consequências.
 - (D) está correta e abrange também o poder de pais não autorizarem, por liberdade religiosa, tratamentos médicos de filhos menores.
 - (E) está incorreta na parte em que trata do custeio de serviços médicos em locais alternativos.

17. Considere que Fabiano é analista jurídico do Ministério Público do Estado de São Paulo e foi designado para atuar em uma promotoria responsável pela propositura e pelo acompanhamento de ações penais. Embora sempre tenha sido um excelente aluno e tenha se posicionado bem no concurso, Fabiano se impressiona, no cotidiano, com o volume de trabalho e a natureza dos casos com que precisa lidar. Apesar de todos os seus colegas se entusiasmarem com as atribuições e cumprirem o trabalho de forma exemplar e do suporte institucional oferecido pelo Ministério Público, Fabiano passa a praticar uma série de faltas funcionais, como o não cumprimento de dezenas de tarefas no prazo fixado pelo superior hierárquico, atrasos/inassiduidade rotineiros, comportamento inadequado no local de trabalho, entre outras, o que justificaria a aplicação da pena de suspensão ou demissão. Com base na situação hipotética e no disposto na Lei Complementar nº 734/1993, é correto afirmar que a aplicação das penas de suspensão e demissão compete ao
- (A) Corregedor-Geral, caso se trate de transgressão praticada nos cinco primeiros anos de exercício.
 - (B) Procurador-Geral de Justiça.
 - (C) Colégio de Procuradores de Justiça e ao Procurador-Geral de Justiça, respectivamente.
 - (D) chefe imediato do funcionário.
 - (E) Conselho Superior do Ministério Público e ao Colégio de Procuradores de Justiça, respectivamente.
18. Thiago e Tatiana, pais de Maria, estão preocupados, pois, há algum tempo, procuram um local, na rede pública de ensino, para matricular a sua filha em período integral e garantir que possam ambos trabalhar regularmente, mas não há vagas nas creches municipais. A família não pode arcar com os custos de vincular a criança a um estabelecimento particular, motivo pelo qual procuram o Ministério Público, que propõe uma ação civil pública para que seja concedida uma vaga, em creche, para a criança. Com base na situação hipotética, na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que
- (A) a vaga não deve ser concedida, pois a Constituição Federal assegura o direito à educação infantil, na rede pública, a partir dos 05 anos de idade.
 - (B) para a vaga ser concedida, é necessária a comprovação de que o Poder Público possui disponibilidade orçamentária para a execução do serviço.
 - (C) a vaga só pode ser concedida caso fique efetivamente comprovado que Thiago e Tatiana não possuem recursos para custear o serviço.
 - (D) a vaga só poderá ser concedida caso comprovadas a desídia ou a ineficiência da Administração Pública.
 - (E) a vaga deve ser concedida, pois o Poder Público tem o dever jurídico de dar efetividade integral às normas constitucionais sobre acesso à educação básica, que não está condicionado, no caso, à existência de efetiva disponibilidade financeira.
19. A respeito das regras constitucionais que disciplinam a estrutura e a atuação do Ministério Público, com base na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.
- (A) O Ministério Público tem por função institucional exercer o controle externo da atividade policial, na forma de lei complementar, bem como de requisitar a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações.
 - (B) A prerrogativa de os membros do Ministério Público se sentarem no mesmo plano e à direita dos magistrados nas audiências, nos processos em que atuam como parte, ofende o princípio constitucional da isonomia.
 - (C) Os Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal não têm legitimidade para propor e atuar em recursos e meios de impugnação de decisões judiciais em trâmite no STF e no STJ, oriundos de processos de sua atribuição, em função das atribuições institucionais do MPF nos Tribunais Superiores.
 - (D) Integram as funções institucionais do Ministério público a promoção, exclusiva, da ação penal pública e a defesa judicial dos direitos e interesses subjetivos dos indígenas que demonstrem hipossuficiência econômica, na forma da lei.
 - (E) Os membros do Ministério Público possuem a garantia da vitaliciedade, que lhes assegura o direito de não serem demitidos do cargo, salvo por decisão judicial transitada em julgado ou do Conselho Nacional do Ministério público.
20. Considere que a Lei Complementar do Estado X estabeleceu que, para escolher o Procurador-Geral de Justiça, o Governador do Estado deve ter por base lista tríplice a ser formada por Procuradores de Justiça e por Promotores de Justiça de entrância final que estejam no primeiro quinto do quadro geral de antiguidade da carreira, tenham mais de 35 (trinta e cinco) anos de idade e 15 (quinze) anos de carreira, a serem comprovados na data de registro da candidatura. Com base na situação hipotética, no disposto na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que
- (A) a norma é inválida, pois os limites à autonomia do chefe do Poder Executivo precisam estar previstos na Constituição Federal.
 - (B) a norma só seria válida se o seu conteúdo estivesse inserido em regra prevista na Constituição Estadual.
 - (C) a norma é válida, pois só haveria inconstitucionalidade caso o universo dos potenciais integrantes da lista tríplice fosse restrito aos Procuradores de Justiça.
 - (D) é válida a estipulação de critérios adicionais à composição da lista tríplice para a escolha do chefe do Ministério Público estadual, desde que a eleição se dê entre membros da carreira.
 - (E) a indicação de apenas uma parcela de promotores de justiça infringe o princípio da isonomia.

21. De acordo com a Lei nº 8.625/1993, o órgão que tem por atribuição opinar, por solicitação do Procurador-Geral de Justiça ou de um quarto de seus integrantes, sobre matéria relativa à autonomia do Ministério Público, bem como julgar recurso contra decisão de vitaliciamento, ou não, de membro do Ministério Público é denominado
- (A) Conselho Superior do Ministério Público.
 - (B) Conselho Regional de Procuradores.
 - (C) Procuradorias de Justiça.
 - (D) Corregedoria-Geral do Ministério Público.
 - (E) Colégio de Procuradores de Justiça.
22. Considere que o Ministério Público foi notificado, pelo Tribunal de Contas do Estado, sobre o resultado de processo de tomada de contas especial contra gestor público municipal que resultou na aplicação de multa simples, pela inobservância das normas de Direito Financeiro. Com base na situação hipotética, na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o agente público responsável por analisar a notificação deve concluir que a legitimidade para promover o processo de cobrança da penalidade é
- (A) do município prejudicado.
 - (B) do Estado a que está vinculado o Tribunal de Contas.
 - (C) do Ministério Público Federal.
 - (D) do Ministério Público Estadual.
 - (E) do próprio Tribunal de Contas.
23. Sobre os conceitos de Direito Administrativo, de função administrativa, de atividade administrativa, bem como sobre seus objetivos, é correto afirmar que:
- (A) o Direito Administrativo atualmente encontra-se intimamente vinculado à noção de serviço público, com origem no Direito Administrativo germânico.
 - (B) a atividade administrativa somente pode ser caracterizada de forma residual, isto é, como aquela que abarca tudo o que não é atividade legislativa ou judicial.
 - (C) influenciado pelo fenômeno da constitucionalização, atualmente se sustenta que o principal objetivo do Direito Administrativo é a satisfação dos direitos fundamentais.
 - (D) a atividade administrativa é o conjunto de prerrogativas e competências estatais, já a função administrativa é o exercício concreto da função administrativa.
 - (E) o conceito de Direito Administrativo é de definição evidente e objetiva, considerando as fronteiras bem demarcadas das funções estatais na Administração Pública contemporânea.
24. Sobre a aplicação do princípio da legalidade no Direito Administrativo contemporâneo, é correto afirmar que:
- (A) a vinculação positiva da lei seria exigida apenas para as atuações administrativas ablativas, isto é, naqueles casos que restringem ou extinguem direitos fundamentais.
 - (B) quando o Estado gera comodidades para a coletividade, sem a necessidade do uso do poder de império, a legalidade deve ser lida na acepção de vinculação positiva.
 - (C) o princípio da legalidade representa hoje para os administradores públicos mero recurso político-retórico, considerando-se o processo de desregulação.
 - (D) o princípio da legalidade implica na ideia de que o administrador público nada pode fazer que não esteja expressamente autorizado em lei em sentido estrito.
 - (E) a existência dos chamados “decretos autônomos” é uma prova da superação da ideia de legalidade no Direito Administrativo contemporâneo.

25. A Administração Pública organiza-se por meio de diferentes estratégias e mecanismos, visando a maior eficiência do Estado, bem como o atendimento aos demais princípios que regem a Administração.

Nesse contexto, a respeito da descentralização administrativa, assinale a alternativa correta.

- (A) É formalizada por meio de contrato de gestão ou termo de parceria, independentemente de ser implementada por outorga, delegação ou desconcentração, visando a maior flexibilidade na execução das atividades.
- (B) Tem como principal objetivo a transferência total da responsabilidade e do controle da atividade para a entidade descentralizada, eximindo o ente central de qualquer fiscalização posterior.
- (C) Apresenta-se sob duas formas distintas, sendo a primeira a outorga, instrumentalizada por meio de lei na qual a entidade destinatária recebe a titularidade e a execução da atividade, e a segunda, a chamada delegação, que decorre de contrato ou ato administrativo descentralizando-se apenas a execução da atividade.
- (D) Diferencia-se da desconcentração pelo fato de que esta última implica a criação de uma nova pessoa jurídica, enquanto a descentralização sempre ocorre dentro da mesma pessoa jurídica.
- (E) Concentra-se principalmente na delegação de competências por meio de convênios, mantendo a titularidade da atividade com a entidade central, sem previsão de outorga por lei.

26. São entidades da Administração Indireta no Direito Administrativo Brasileiro:

- (A) autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, associações públicas e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos.
- (B) autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, associações públicas e organizações sociais.
- (C) empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, empresas privadas controladas pelo Estado e organizações sociais civis de interesse público.
- (D) autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, subsidiárias das empresas estatais e empresas privadas controladas pelo Estado.
- (E) autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações privadas, organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e organizações sociais.

27. Analise as seguintes afirmações sobre os poderes administrativos e assinale a alternativa correta.

- (A) O poder hierárquico é o poder-dever de rever os próprios atos, decorrendo diretamente do princípio da legalidade, e é irrenunciável.
- (B) O poder regulamentar é exercido de forma autônoma pelo Poder Executivo para criar novas obrigações e proibições, sem a necessidade de prévia autorização legal.
- (C) O poder discricionário confere ao administrador ampla liberdade para atuar, o que significa que seus atos, via de regra, não estão sujeitos a controle judicial.
- (D) O poder disciplinar é inerente à Administração Pública e manifesta-se apenas na aplicação de sanções a servidores públicos, não abrangendo, por exemplo, contratos administrativos.
- (E) O poder de polícia administrativa abrange a fiscalização, prevenção e repressão de atividades que possam comprometer o interesse público, limitando direitos individuais em benefício da coletividade.

28. Em determinada prefeitura, o Secretário Municipal de Urbanismo, após regular processo administrativo, fazendo uso do seu poder discricionário estabelecido pela lei, autorizou a edificação de um imóvel em área específica do território municipal. Ocorre que, antes da referida edificação do imóvel pelo interessado, sobreveio nova lei municipal, transformando a área em questão em área de preservação permanente (APP) e proibindo a realização de qualquer edificação no local.

Considerando a situação hipotética e os princípios do Direito Administrativo, assinale a alternativa correta.

- (A) A superveniência da lei, implica a anulação do ato de autorização da edificação por perda de seu objeto, devendo a Administração Pública emitir um novo ato para formalizar essa situação.
- (B) O ato discricionário de autorização, uma vez que sua finalidade se tornou ilegal pela nova lei aprovada, teve sua eficácia extinta pela caducidade, não sendo necessário novo ato administrativo para declarar a extinção.
- (C) O ato de autorização é anulável, pois expedido em contrariedade à legislação vigente no momento da sua expedição e considerando a supremacia do interesse particular em matéria de direito de propriedade.
- (D) O ato de autorização de edificação sendo sempre um ato vinculado, não pode ser revogado nem convalidado, mesmo diante da mudança da situação fática, permanecendo válido e eficaz até sua execução ou expressa anulação judicial.
- (E) A revogação da autorização previamente concedida é um ato discricionário, pois a decisão de autorizar ou não autorizar, na vigência da lei anterior, estava sujeita à conveniência e à oportunidade do Secretário, cabendo a ele avaliar a melhor solução para o caso.

29. Com base na Lei nº 14.133/2021, identifique o conceito fundamental no campo das licitações públicas relacionada à definição a seguir e assinale a alternativa correta.

“Procedimento seletivo prévio à licitação, convocado por meio de edital, destinado à análise das condições de habilitação, total ou parcial, dos interessados ou do objeto”.

- (A) Pré-qualificação.
- (B) Credenciamento.
- (C) Registro de preços.
- (D) Pré-habilitação.
- (E) Diálogo competitivo.

30. A respeito do regime jurídico dos bens públicos no Direito Administrativo brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) A inalienabilidade dos bens públicos é absoluta e abrange todas as espécies de bens, sendo vedada qualquer forma de alienação ou constituição de direito real de garantia sobre eles, independentemente de autorização legislativa, como forma de proteção ao interesse público.
- (B) A desafetação de um bem público é um ato discricionário que independe, via de regra, de lei específica, podendo ser realizada por simples ato administrativo, desde que motivado pelo interesse público.
- (C) A imprescritibilidade dos bens públicos impede que o Estado adquira por usucapião bens de particulares, em razão da simetria jurídica que rege as relações patrimoniais.
- (D) A impenhorabilidade dos bens públicos decorre do princípio da supremacia do interesse público, visando assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais, e levando a execução judicial de dívidas do Estado a ser realizada por meio de precatórios ou requisições de pequeno valor.
- (E) Os bens dominicais, por integrarem o patrimônio disponível do Estado, podem ser objeto de oneração, como a constituição de hipoteca, desde que haja prévia autorização judicial e se observe o interesse público.

31. Mévia e Tício foram namorados, por 5 anos. Mévia terminou a relação, por ter conhecido e se apaixonado por outra pessoa. Tício não se conformava com o término e, diagnosticado com depressão, todos os dias, durante meses, mandava mensagem para Mévia, dizendo que a vida sem ela perdera a graça. Mévia, sabendo da condição de saúde mental de Tício, manteve-se silente durante todo o tempo. Mas, um dia, irritada com as mensagens, que estavam causando instabilidade em seu atual relacionamento, Mévia envia a Tício a seguinte resposta: “se a vida perdeu a graça, de que vale viver? Seja homem ao menos uma vez! Coloque fim em seu sofrimento e pare de me infernizar! Eu até vou a seu enterro e faço uma homenagem póstuma!” Tício visualizou a mensagem, respondendo com “Ok”. Passados dois dias, Tício se joga da janela do prédio de sua casa. Por sorte, Tício cai em cima da carroceria de um caminhão, lotado de colchão, que passava na rua no exato momento da queda. Tício não sofreu qualquer lesão. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) Mévia não incorreu em qualquer crime, visto que o tipo penal de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio e automutilação, para se configurar, exige que da conduta de instigar, induzir ou auxiliar advinha, no mínimo, lesão de natureza grave.
- (B) Mévia, em tese, incorreu no crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio e automutilação, que se configura com a conduta de induzir, instigar ou auxiliar, independentemente do resultado.
- (C) Mévia, em tese, incorreu no crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio e automutilação, na modalidade tentada, vez que a morte não se concretizou, por circunstância alheia a sua vontade.
- (D) Mévia não incorreu em qualquer crime, visto que o tipo penal de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio e automutilação, para se configurar, exige que da conduta de instigar, induzir ou auxiliar advinha, no mínimo, lesão de natureza leve.
- (E) Mévia, em tese, incorreu no crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio e automutilação, na figura qualificada, dada a relação afetiva, entre a vítima e o autor.

- 32.** Caio namora Mévia. Caio, sabendo que os pais de Mévia guardam dinheiro e joias em casa, instiga e convence a namorada a furtar os objetos. Caio, embora não pratique nenhum ato de execução, planeja toda a ação, dirigindo toda a empreitada criminosa. Mévia furta os objetos do cofre, entregando a Caio que, ao tentar vender as joias, acabou preso, confessando o crime, bem como a participação da namorada. Diante da situação hipotética, e considerando que os pais de Mévia possuem menos de 60 anos, assinale a alternativa correta.
- (A) Caio e Mévia praticaram o crime de furto qualificado, pela coautoria, aplicando-se a eles a escusa absoluta prevista para os crimes patrimoniais.
 - (B) Caio e Mévia praticaram o crime de furto qualificado, pela coautoria, não se aplicando a eles a escusa absoluta prevista para os crimes patrimoniais, expressamente afastada, em caso de concurso de agentes.
 - (C) Mévia praticou o crime de furto simples, aplicando-se a ela a escusa absoluta, prevista para os crimes patrimoniais. Caio praticou o crime de receptação, tentado.
 - (D) Mévia praticou o crime de furto qualificado, pela coautoria, aplicando-se a ela a escusa absoluta prevista para os crimes patrimoniais. Caio praticou o crime de receptação qualificada, tentado.
 - (E) Caio praticou o crime de furto qualificado, pela coautoria, agravado pela circunstância de comandar e dirigir a empreitada criminosa, não se aplicando a ele a escusa absoluta prevista para os crimes patrimoniais.
- 33.** Mévia, atleta campeã em provas de natação, está na praia, junto com o marido e o filho, de 5 anos, que não sabe nadar. Em um determinado momento, ela percebe um jovem se afogando. Para salvar o jovem, ela deixa o filho aos cuidados do pai e entra no mar. Mévia salva o jovem, mas, ao retornar para areia e perguntar pelo filho, o pai se dá conta de que a criança não estava na areia, brincando ao lado do guarda-sol. A criança, então, é localizada, de cabeça para baixo, dentro do buraco, que ela própria tinha cavado, enquanto brincava na areia. Socorrida, a criança, infelizmente, não sobrevive. Tendo em conta o caso hipotético, assinale a alternativa correta.
- (A) Mévia e o pai não praticaram qualquer crime, pois a morte da criança decorreu de uma fatalidade, não sendo causada pelos pais.
 - (B) Mévia e o pai praticaram o crime de homicídio culposo, por omissão imprópria, aplicando-se a eles o perdão judicial humanitário.
 - (C) O pai praticou o crime de homicídio culposo, por omissão imprópria, aplicando-se a ele o perdão judicial humanitário.
 - (D) O pai praticou o crime de abandono de incapaz, qualificado pelo resultado morte, aplicando-se a ele o perdão judicial humanitário.
 - (E) Mévia e o pai praticaram o crime de abandono de incapaz, qualificado pelo resultado morte, aplicando-se a eles o perdão judicial humanitário.
- 34.** Caio, em um bar, ingere grande quantidade de bebida alcoólica. Após consumo excessivo e voluntário de álcool, ele se torna completamente embriagado, a ponto de não ter mais controle sobre suas ações. Nesse estado de completa embriaguez, Caio se envolve em uma discussão acalorada com outro frequentador do bar e, sem qualquer motivo razoável, desfere um soco que resulta em lesões corporais graves na vítima. Considerando que Caio estava completamente incapaz de compreender a ilicitude de seu ato, no momento que desferiu o soco, devido à embriaguez, é correto afirmar que ele será considerado
- (A) inimputável devido à embriaguez completa e não responderá criminalmente pelo delito.
 - (B) imputável, mas terá atenuada a pena pelo crime cometido, em razão de sua culpabilidade diminuída, pela embriaguez completa.
 - (C) imputável e responderá pelo crime cometido, sem qualquer redução de pena.
 - (D) imputável e será responsabilizado, pelo crime praticado, a título de culpa.
 - (E) semi-imputável e poderá ter a pena diminuída, em até 2/3.
- 35.** A respeito dos crimes contra a liberdade pessoal, é correto afirmar que o crime de
- (A) perseguição é processável por ação penal condicionada à representação, exceto quando praticado contra a mulher, em razão da condição do sexo feminino.
 - (B) ameaça é processável por ação penal condicionada à representação, exceto quando praticado contra a mulher, em razão da condição do sexo feminino e pessoa idosa.
 - (C) violência psicológica, se cometido mediante o uso de inteligência artificial, com alteração da imagem da vítima, é qualificado.
 - (D) intimidação sistemática pode ser praticado mediante violência física e psicológica e, quando realizado por meio da rede de computadores, é qualificado.
 - (E) tráfico de pessoas é comum, podendo ser praticado por qualquer pessoa, tornando-se qualificado, quando praticado por funcionário público no exercício de suas funções.

36. Com relação aos crimes contra a administração pública, assinale a alternativa correta.
- (A) Seprônia, funcionária da prefeitura, ao ceder a pedido de particular, deixando de apreender mercadoria indevidamente comercializada em barraca, na rua, incorre no crime de corrupção passiva.
 - (B) Caio, funcionário público, ao deixar a porta do armário aberta, propositalmente, para que Mévio subtraia insumos da repartição pública, incorre no crime de peculato culposo.
 - (C) Mévia, ao se opor a execução da ordem de despejo, pelo oficial de justiça, algemando-se à grade do portão, incorre no crime de resistência.
 - (D) Tícia, funcionária pública recém-empossada, ao deixar de praticar ato de ofício, por ignorância, incorre no crime de prevaricação.
 - (E) Tício, agente fiscal, ao exigir contribuição social que acredita devida, embora não seja, incorre no crime de concussão.
37. Tendo em vista o crime de falso testemunho ou falsa perícia e o crime de coação no curso do processo, assinale a alternativa correta.
- (A) Há previsão de causa de aumento de pena, quando as condutas incriminadas são praticadas em processo que envolve crime contra a dignidade sexual, tanto no crime de falso testemunho ou falsa perícia quanto no crime de coação no curso do processo.
 - (B) O crime de coação no curso do processo, para se caracterizar, exige a finalidade especial de favorecer interesse próprio ou alheio.
 - (C) O crime de coação no curso do processo não se caracteriza se a violência ou ameaça for empregada para o fim de favorecer interesse em procedimento investigativo criminal e juízo arbitral.
 - (D) O crime de falso testemunho ou falsa perícia e o crime de coação no curso do processo são próprios, exigindo qualidade especial do autor.
 - (E) O crime de falso testemunho não se caracteriza se a afirmação falsa for feita em procedimento investigativo criminal e juízo arbitral.
38. Tício, após fazer a proposta de locação de uma casa, aceita pelo locador do imóvel, a fim de comprovar renda, altera o seu contracheque, aumentando o valor de seu salário mensal. Ele entrega o documento falsificado a Mévio, corretor de imóvel que, sem perceber a falsificação, inicia a confecção do contrato, para assinatura. Quando da data da assinatura do contrato, o locador, no entanto, desiste da locação. Mévio, pela desistência da locação, aciona o locador, judicialmente, para receber o valor da comissão, pela intermediação da locação, que entendia devida. Mévio instrui a ação, com todo o processo de locação, inclusive o contracheque, falsificado e apresentado por Tício. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.
- (A) Tício cometeu o crime de falsificação de documento público, uma vez que o contracheque, para fins penais, é equiparado a documento público.
 - (B) Mévio praticou o crime de uso de documento falso ao instruir a ação judicial com o contracheque falsificado.
 - (C) Tício e Mévio não praticaram qualquer crime. Mévio, pela ausência de dolo e, Tício, em razão do contrato de locação não ter se formalizado.
 - (D) Tício cometeu o crime de falsidade ideológica, pois alterou a verdade sobre fato juridicamente relevante, em documento particular.
 - (E) Tício cometeu o crime de falsificação de documento particular.
39. Tício, não aprovado em concurso público, reputando o insucesso à existência das cotas para pessoas portadoras de deficiência, gravou e divulgou, nas redes sociais, vídeo afirmando que cargos públicos não podem ser preenchidos por pessoas portadoras de deficiência, devido à inequívoca incapacidade para o desempenho de função pública. No vídeo, Tício sugeriu ao Estado a instituição de bolsa invalidez, como política social, deixando os empregos e cargos públicos a pessoas “normais”, com capacidade para desempenhar as atividades a eles inerentes, com eficiência. Diante do caso hipotético, Tício, em tese, incorreu no crime de
- (A) injúria, previsto na lei que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor.
 - (B) discriminação ou preconceito, previsto na lei que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor.
 - (C) discriminação à pessoa em razão de sua deficiência, previsto na lei que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência.
 - (D) obstar inscrição em concurso público ou acesso a qualquer cargo ou emprego público, previsto na lei que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência.
 - (E) impedir ou obstar o acesso a qualquer cargo da Administração Direta ou Indireta, previsto na lei que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor.

40. Seprônia, delegada de polícia, lavrou auto de apreensão de Tício, adolescente conduzido à delegacia pela prática de ato infracional análogo ao crime de roubo, com arma de fogo. Seprônia, contudo, por desídia, deixa de proceder à imediata comunicação da apreensão do menor à família. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) Seprônia, se condenada pela prática de crime previsto na Lei de Abuso de Autoridade e no Estatuto da Criança e do Adolescente, perderá o cargo, ainda que não seja reincidente.
- (B) Seprônia, em tese, praticou crime de prevaricação, previsto no Código Penal.
- (C) Seprônia, em tese, praticou crime previsto na Lei de Abuso de Autoridade e no Estatuto da Criança e do Adolescente, em concurso.
- (D) Seprônia, em tese, praticou crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (E) Seprônia, em tese, praticou crime previsto na Lei de Abuso de Autoridade.

41. Tendo em conta a lei de crimes ambientais, assinale a alternativa correta.

- (A) A pena do crime de abuso ou maus tratos a animais será aumentada de um sexto a um terço quando se tratar de gato ou cachorro.
- (B) O resultado morte do animal é circunstância qualificadora do crime de abuso ou maus tratos a animais.
- (C) A experiência dolorosa ou cruel em animal vivo não configura o crime de abuso e maus tratos a animais, quando realizada para fins didáticos ou científicos e inexistem outras alternativas.
- (D) Com exceção do crime de provocar perecimento de espécimes da fauna aquática, pela emissão de efluentes ou carreamento de materiais, inexistente crime culposos contra a fauna.
- (E) É crime contra a fauna a destruição de ninho de espécime silvestre, ainda que causada por negligência ou imperícia.

42. É considerado hediondo

- (A) o roubo, qualificado pelo resultado lesão corporal grave, qualquer que seja a idade da vítima.
- (B) o crime de tráfico de pessoas, qualquer que seja a idade da vítima.
- (C) o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso permitido e proibido.
- (D) o crime de sequestro e cárcere privado, qualquer que seja a idade da vítima.
- (E) o crime de favorecimento da prostituição ou qualquer outra forma de exploração sexual, qualquer que seja a idade da vítima.

43. Considerando a situação hipotética de que no curso de ação penal de rito comum ordinário, após recebida a denúncia, mas antes do início da instrução, sobrevenha alteração de legislação processual penal. Nesse caso, é correto afirmar que a alteração

- (A) aplicar-se-á ao processo em curso, anulando-se os atos anteriormente praticados.
- (B) não se aplicará ao processo em curso, tendo em vista que a legislação processual penal a ser aplicada é a vigente na data do oferecimento da denúncia ou queixa.
- (C) não se aplicará ao processo em curso, tendo em vista que a legislação processual penal a ser aplicada é a vigente na data do fato criminoso.
- (D) não se aplicará ao processo em curso, tendo em vista que a legislação processual penal a ser aplicada é a vigente na data do recebimento da denúncia ou queixa.
- (E) aplicar-se-á ao processo em curso.

44. Assinale a alternativa que apresenta o requisito indispensável para início do inquérito policial no caso de crime cuja ação penal é pública condicionada.

- (A) Individualização do indiciado.
- (B) Requisição do Ministério Público.
- (C) Exame de corpo de delito.
- (D) Representação da vítima.
- (E) Indicação de rol de testemunhas.

45. De acordo com o CPP, ao término do inquérito policial por crime de ação penal pública, caso a vítima não concorde com seu arquivamento, poderá,

- (A) diante da inércia, mas dentro do prazo prescricional, propor ação penal privada subsidiária da pública.
- (B) no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento da comunicação, submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial.
- (C) no prazo de 120 (cento e vinte) dias, propor ação autônoma de impugnação, a fim de pleitear o direito líquido e certo de ver o ofensor criminalmente processado.
- (D) diante da inércia, mas dentro do prazo prescricional e decadencial, propor queixa-crime.
- (E) apenas, valer-se da esfera cível, tendo em vista que tal desfecho não admite qualquer irresignação.

46. No que concerne à competência para processo e julgamento dos crimes de ação penal privada, assinale a alternativa correta de acordo com o CPP.
- (A) Será competente o juiz que primeiro tomar conhecimento do fato, sob livre eleição do ofendido.
 - (B) Determina-se, exclusivamente, pelo domicílio do ofendido.
 - (C) Determina-se, exclusivamente, pelo local da infração.
 - (D) Determina-se, exclusivamente, pelo domicílio do réu.
 - (E) O querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.
47. Assinale a alternativa correta no que concerne à suspeição e impedimento das autoridades policiais que presidem inquéritos, nos termos determinados pelo CPP.
- (A) Não se poderá opor suspeição às autoridades policiais nos atos do inquérito, mas deverão elas declarar-se suspeitas quando ocorrer motivo legal.
 - (B) O impedimento não poderá ser reconhecido de ofício pela própria autoridade, sendo necessária prévia alegação escrita de parte interessada.
 - (C) A alegação de suspeição da autoridade policial, no sistema acusatório e nas ações penais de iniciativa pública, é matéria decidida pelo órgão de acusação, ou seja, pelo Ministério Público.
 - (D) Não aceitando a suspeição, a autoridade mandará atuar em apartado a petição, dará sua resposta dentro em 3 (três) dias e, em seguida, determinará sejam os autos da exceção remetidos ao juiz a quem competir o julgamento.
 - (E) A oposição de impedimento suspende o trâmite do inquérito policial, salvo para diligências cautelares ou urgentes, a critério da autoridade.
48. “O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação...” Referida afirmação, segundo o CPP,
- (A) está parcialmente correta, tendo em vista a adoção do sistema tarifário de sopesamento das provas.
 - (B) está correta e completa, não se admitindo qualquer ressalva.
 - (C) está parcialmente correta, tendo em vista que se ressalvam as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
 - (D) está parcialmente correta, tendo em vista que o juiz pode fundamentar a condenação exclusivamente na palavra da vítima.
 - (E) está incorreta, posto que os elementos colhidos na investigação devem ser desconsiderados quando da prolação da sentença.
49. São medidas cautelares diversas da prisão legal e expressamente previstas no CPP:
- (A) perdimento; recolhimento domiciliar no período noturno.
 - (B) prestação de serviços à comunidade; comparecimento periódico em juízo.
 - (C) internação provisória para inimputáveis; fiança.
 - (D) suspensão de direitos políticos; monitoração eletrônica.
 - (E) castração química; proibição de ausentar-se do país.
50. Nos exatos termos do art. 382 do CPP, ensejam a oposição de embargos de declaração em face de sentença apenas:
- (A) obscuridade, contradição, omissão ou erro material.
 - (B) obscuridade, contradição ou omissão.
 - (C) contradição ou obscuridade.
 - (D) obscuridade, ambiguidade, contradição ou omissão.
 - (E) omissão ou contradição.
51. Faz coisa em julgada no juízo cível ou impede a propositura da ação civil, a sentença penal que
- (A) absolver o acusado, decidindo que o fato imputado não constitui crime.
 - (B) reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade.
 - (C) julgar extinta a punibilidade.
 - (D) absolver o acusado, em qualquer hipótese.
 - (E) determinar o arquivamento do inquérito policial.

- 52.** Assinale a alternativa que traz duas características do recurso de apelação contra sentença condenatória do Tribunal do Júri que, cumuladas, podem levar à atribuição de efeito suspensivo ao referido recurso.
- (A) Crime cometido sem violência ou grave ameaça e primariedade do apelante.
 - (B) Votação não unânime quanto a quesito essencial e excesso de prazo para formação da culpa.
 - (C) Pleitear reforma de sentença superior a 20 anos e levantar questão substancial, que pode resultar em anulação da sentença.
 - (D) Interposição por acusado primário e levantar questão substancial, que pode resultar em redução da pena para patamar inferior a 15 (quinze) anos de reclusão.
 - (E) Não ter propósito meramente protelatório e levantar questão substancial, que pode resultar em absolvição.
- 53.** O instituto que, por não possuir expressa vedação de aplicação em favor do agressor nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar ou praticados contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, pode, em tese, ser aplicado é:
- (A) acordo de não persecução penal.
 - (B) composição civil dos danos com respectiva extinção da punibilidade.
 - (C) suspensão condicional do processo.
 - (D) aplicação imediata de pena não privativa de liberdade, conhecida como “transação penal”.
 - (E) suspensão condicional da pena.
- 54.** Veda-se expressamente a aplicação dos benefícios da Lei nº 9.099/95 ao acusado do crime de lesão corporal culposa de trânsito, de acordo com o art. 291 do CTB, na seguinte hipótese:
- (A) estar o acusado com Carteira Nacional de Habilitação suspensa ou cassada.
 - (B) não ser o acusado portador de Carteira Nacional de Habilitação.
 - (C) estar o acusado transitando em veículo com péssimo estado de conservação.
 - (D) estar o acusado transitando em velocidade superior à máxima permitida para a via em 50 km/h.
 - (E) evadir-se o acusado do local do acidente.
- 55.** Henrique, médico, decide criar uma fundação destinada ao financiamento de pesquisas científicas sobre doenças raras. Para tanto, lavra escritura pública, destinando bens imóveis e valores mobiliários à Fundação, e designa, expressamente, três professores universitários como responsáveis pela aplicação do patrimônio e elaboração do estatuto da fundação. Cento e oitenta dias depois, nenhum deles havia apresentado o estatuto. Diante da inércia, o Ministério Público Estadual promove, diretamente, a elaboração do estatuto. Após dois anos de funcionamento, o conselho deliberativo da fundação aprova, por maioria simples, a inclusão de finalidade religiosa entre os objetivos institucionais, desvirtuando o fim previsto originariamente. O novo estatuto é enviado ao Ministério Público para aprovação.
- Com base no disposto no Código Civil, assinale a alternativa correta.
- (A) O Ministério Público deverá denegar a proposta de alteração em razão do desvirtuamento da finalidade original da fundação, bem como pela ausência de quórum mínimo pela aprovação da alteração proposta.
 - (B) A atuação do Ministério Público na elaboração do estatuto é indevida, pois só se justifica se todos os nomeados formalmente renunciarem ao encargo.
 - (C) Mesmo tendo sido criada para ter finalidades científicas ou educacionais, é possível a inclusão de atividades religiosas entre seus fins.
 - (D) O estatuto da fundação poderá ser alterado por decisão da maioria simples dos membros gestores, desde que haja aprovação judicial posterior.
 - (E) A inércia dos nomeados para elaborar o estatuto impede a constituição da fundação, devendo o patrimônio ser incorporado a outra fundação com finalidade igual ou semelhante.

56. Lara, de 15 anos, estava passeando no shopping com suas amigas quando parte do teto desabou, causando diversas lesões, algumas inclusive com sequelas permanentes. Seus pais, Rodrigo e Camila, ingressaram em juízo com pedido de indenização por danos morais, alegando sofrimento psicológico intenso, prejuízo à rotina familiar e abalo emocional irreversível. O shopping contestou o pedido, sustentando que, como Lara sobreviveu, somente ela poderia pleitear indenização por dano moral, e que seus pais não tinham legitimidade, por ausência de vínculo direto com o evento danoso.

Considerando o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que Rodrigo e Camila

- (A) poderiam pleitear apenas dano material por ricochete sendo certo que o dano moral diz respeito apenas à pessoa afetada.
- (B) podem pleitear indenização por danos morais reflexos, mesmo sem o falecimento de Lara.
- (C) têm direito somente à reparação por prejuízos patrimoniais comprovados, sendo certo que Lara pode ser indenizada por danos extrapatrimoniais.
- (D) não fazem jus à indenização, uma vez que o ordenamento jurídico brasileiro não reconhece o dano moral por ricochete, salvo nos casos expressamente previstos em lei, como acidentes de trânsito com óbito.
- (E) devem demonstrar a dependência econômica entre eles e Lara para que tenham legitimidade para pleitear o dano moral por ricochete.

57. Para a concessão da usucapião, além de outros requisitos, têm o requisito de

- (A) não ser superior a 250 m² a usucapião especial familiar, especial coletiva e especial urbana.
- (B) prazo de cinco anos a usucapião ordinária com prazo reduzido, especial coletiva e especial familiar.
- (C) utilizar o imóvel como moradia a usucapião extraordinária e ordinária ambas com prazo reduzido e especial urbana.
- (D) boa-fé a usucapião ordinária, especial urbana e especial rural.
- (E) não possuir outro imóvel a usucapião extraordinária, especial coletiva e especial familiar.

58. Considere as seguintes situações hipotéticas: (i) Cristina foi adotada por Amadeu e Zileide e se apaixonou por Breno, filho biológico do casal, e com ele pretende se casar; (ii) Tânia, cujo marido faleceu há seis meses, pretende se casar com Samuel; (iii) Ronaldo, divorciado de Vanessa, já teve homologada a partilha de bens do casal, pretende se casar com Cláudia; e (iv) Eduardo, irmão do tutor de Maria, no exercício da tutela, pretende com ela se casar.

Diante das situações hipotéticas apresentadas, assinale a alternativa que corresponde a uma pessoa suspensa e a uma pessoa impedida de casar, respectivamente.

- (A) Cristina e Tânia.
- (B) Cristina e Ronaldo.
- (C) Tânia e Ronaldo.
- (D) Ronaldo e Eduardo.
- (E) Eduardo e Cristina.

59. Após o falecimento de sua esposa, com quem tinha dois filhos pequenos, Renato estabeleceu nova união estável com Patrícia. Com o passar do tempo, o convívio entre Patrícia e as crianças tornou-se conflituoso. Renato, diante da dificuldade de lidar com a situação, passou a deixar os filhos sob os cuidados de vizinhos e, por fim, entregou-os a uma conhecida que vivia em outra cidade para que ela os adotasse. Essa entrega foi feita sem qualquer autorização judicial ou comunicação ao Ministério Público.

Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) A perda do poder familiar depende da prévia suspensão judicial do exercício pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses.
- (B) A entrega dos filhos a terceiros só caracterizaria hipótese de perda do poder familiar se houvesse sentença penal condenatória definitiva.
- (C) A nova união estável de Renato, por si só, configura hipótese legal de extinção do poder familiar.
- (D) Por meio de ato judicial, ocorrerá a perda do poder familiar.
- (E) Ocorrerá a suspensão do poder familiar, que deverá ser requerida exclusivamente pelo Ministério Público.

60. Daniela e Gustavo mantiveram união estável por mais de 10 anos, sem qualquer pacto formal sobre o regime de bens. Durante esse período, adquiriram diversos imóveis e mantiveram contas bancárias separadas. Após uma crise no relacionamento, firmaram instrumento particular reconhecendo a existência da união estável desde 2012, com cláusula específica elegendo o regime da separação convencional de bens, incluindo expressamente que os efeitos patrimoniais retroagiriam à data de início da convivência. Meses depois, motivados por uma crise no relacionamento, decidiram pela dissolução da união. Gustavo requereu judicialmente a partilha igualitária dos bens adquiridos desde 2012, e Daniela alegou que, diante do pacto firmado, os bens deveriam ser excluídos da comunhão, com base na retroatividade do regime da separação.

Diante da situação hipotética e considerando o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

- (A) A eleição do regime de bens na união estável tem efeitos *ex nunc*, sendo inválida a cláusula que determina retroatividade sem autorização judicial expressa.
- (B) A retroatividade dos efeitos patrimoniais do pacto pode ser reconhecida judicialmente se houver comprovação de que todos os bens foram adquiridos com esforço exclusivo de uma das partes.
- (C) A ausência de regime pactuado desde o início da união estável impede qualquer alteração posterior, sendo obrigatória a adoção da comunhão parcial de bens até o fim da convivência.
- (D) O regime de bens na união estável, mesmo eleito posteriormente por contrato, retroage à data de início da convivência se houver concordância entre as partes.
- (E) O pacto é plenamente válido em todos os seus termos, inclusive quanto à retroatividade dos efeitos patrimoniais, desde que firmado por escritura pública.

61. Juliana apresentou ao Cartório de Registro de Imóveis uma escritura pública de doação de um imóvel urbano, com cláusula de reversão. Rodrigo, o oficial, entendendo que a cláusula era redigida de forma imprecisa e poderia comprometer a segurança jurídica do registro, decidiu suscitar o procedimento de dúvida anotando a sua ocorrência à margem da prenotação no protocolo. Após certificar a prenotação e a suscitação da dúvida no título, rubricou todas as suas folhas e, em seguida, remeteu eletronicamente o título e as razões da dúvida diretamente ao juízo competente.

Diante da situação hipotética, é correto afirmar que se Juliana

- (A) impugnar a dúvida, e a sentença for julgada procedente, ela, o Ministério Público e eventual terceiro interessado poderão interpor recurso apenas com efeito devolutivo.
- (B) impugnar a dúvida e não forem requeridas diligências, o juiz proferirá decisão no prazo de 30 (trinta) dias, com base nos elementos constantes dos autos.
- (C) impugnar a dúvida, o Ministério Público será obrigatoriamente ouvido no prazo de 10 (dez) dias.
- (D) impugnar a dúvida, o julgamento for improcedente e houver o trânsito em julgado da decisão, Rodrigo deverá automaticamente proceder ao registro, declarando o fato na coluna de anotações do Protocolo.
- (E) não impugnar a dúvida no prazo de 15 (quinze) dias, o registro será automaticamente cancelado.

62. Roberto é um indivíduo transgênero que, ao longo dos anos, passou por diversos processos de autoconhecimento e afirmação de identidade, até reconhecer-se como uma pessoa não binária, não se identificando nem como homem nem como mulher. Ao tentar retificar seu registro civil para que constasse nome neutro e gênero como “não binário”, deparou-se com resistência do cartório, que alegou inexistência de previsão legal específica para inclusão do gênero neutro nos assentos civis.

Diante disso, Roberto ingressou com ação judicial. Intimado, o Ministério Público, de acordo com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, deverá se manifestar no sentido de que

- (A) a alteração de gênero é permitida apenas para transgêneros binários (homem/mulher).
- (B) o princípio do livre desenvolvimento da personalidade e a cláusula geral de proteção à personalidade autorizam a retificação do registro civil para inclusão do gênero neutro, mesmo diante da lacuna legislativa.
- (C) a retificação do registro civil para constar gênero neutro respeita a identidade autodeclarada da pessoa e tem por objetivo eliminar o campo de gênero.
- (D) para o caso de pessoa não binária não basta a autodeterminação, sendo necessário relatório psicológico ou psiquiátrico.
- (E) não é possível a retificação do registro civil para a inclusão de gênero neutro com base no livre desenvolvimento da personalidade, sendo necessário relatório médico para a retificação.

63. A empresa B enviou cobrança para a empresa A pela prestação dos serviços de pintura da sua sede. A empresa A ajuizou ação declaratória de inexistência de débito contra a empresa B, alegando que jamais contratou os serviços cobrados. Durante a fase instrutória, a empresa C, responsável por fornecer à empresa B os dados que embasaram a cobrança questionada, ingressou no feito como assistente simples da ré, temendo futura ação regressiva, e passou a atuar ativamente na defesa da validade da cobrança. Próximo ao encerramento da instrução, a empresa B tornou-se revel, não apresentou alegações finais e tampouco compareceu à audiência de instrução e julgamento. A sentença foi desfavorável à empresa B, declarando a inexistência da dívida. A empresa B não recorreu, e a decisão transitou em julgado. Meses depois, a empresa B propôs ação de regresso contra a empresa C, pleiteando indenização pelos prejuízos causados pela cobrança indevida.

Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) Em razão da revelia da empresa B, a empresa C será considerada sua substituta processual e, em caso de condenação do assistido, poderá discutir a justiça da decisão em ação posterior, se desconhecia a existência de provas das quais o assistido, por dolo ou culpa, não se valeu.
- (B) A empresa C, por ter atuado como assistente, sujeita-se à coisa julgada formada entre as empresas A e B, não podendo, inclusive, discutir a justiça da decisão em processo anterior.
- (C) A omissão da empresa B impede a substituição processual pela empresa C, exigindo autorização judicial expressa para tanto.
- (D) Por se tratar de assistência simples e por haver revelia da empresa B, a empresa C não poderia ter apresentado recurso na ação principal em nome próprio.
- (E) A empresa C poderá rediscutir a justiça da decisão anterior apenas se não tiver sido intimada pessoalmente da sentença.

64. Lucas estava em um cruzamento quando um ônibus da empresa ABC colidiu com o seu veículo. Em razão do grave acidente, Lucas ficou uma semana internado em hospital e teve perda total em seu veículo. Já recuperado, ele ajuizou ação de indenização por danos morais e por danos materiais relativos à perda total do seu veículo. Citada, a empresa ABC apresentou contestação, e o juiz julgou a sentença totalmente procedente, condenando a empresa a pagar o valor dos danos morais, bem como os danos materiais relativos ao veículo. O trânsito em julgado da sentença ocorreu sem interposição de recursos. Dois anos depois, Lucas ingressou com nova ação contra a mesma empresa ABC, dessa vez pleiteando valores relativos à sua internação no hospital que não foram requeridos inicialmente por opção estratégica de sua defesa. Citada, a empresa ABC contestou, alegando coisa julgada e preclusão, sustentando que Lucas deveria ter pleiteado todos os danos no primeiro processo.

Com base na situação hipotética e no atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

- (A) A nova ação de Lucas está acobertada pela coisa julgada, pois os danos materiais decorreram dos mesmos fatos tratados na primeira ação.
 - (B) A ausência de pedido expresso na primeira ação impede a rediscussão posterior, por configurar preclusão consumativa.
 - (C) A segunda ação só seria admissível se a primeira não tivesse transitado em julgado.
 - (D) É o caso de preclusão lógica, uma vez que, ainda que os pedidos sejam distintos, há identidade das partes e dos fatos.
 - (E) Não é o caso de preclusão, uma vez que o pedido foi omitido por opção ou estratégia processual.
65. Júlio faleceu, e, durante o inventário de seus bens, o credor Antônio apresentou pedido de pagamento de dívida vencida e exigível no valor de R\$ 60 mil, juntando documento assinado pelo falecido. Todas as partes concordaram com o pedido. Como o espólio não possuía dinheiro em conta bancária, o juiz determinou a separação de um imóvel de valor compatível para garantir o pagamento. No andamento do processo, Antônio requereu que, em vez da alienação judicial do imóvel, o bem fosse adjudicado diretamente a ele, para quitação do valor devido.

Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) O pedido de Antônio deve ser remetido às vias ordinárias, pois o juiz não pode decidir sobre adjudicação no inventário.
- (B) O juiz poderá deferir a adjudicação do bem, desde que todas as partes concordem com o pedido.
- (C) A adjudicação do bem a Antônio só pode ser deferida se o espólio não tiver bens móveis disponíveis.
- (D) A adjudicação é cabível apenas se o valor do bem for idêntico ao valor da dívida.
- (E) O juiz deve negar o pedido de adjudicação e determinar a alienação do bem como regra geral, independentemente da vontade das partes.

66. Marina ajuizou ação de guarda e regulamentação de visitas contra seu ex-companheiro, Rodrigo, em favor do filho deles, de 5 anos. A petição inicial foi protocolada com pedido de tutela provisória para suspensão imediata das visitas paternas, com fundamento em alienação parental. O juiz, após apreciar o pedido liminar, designou audiência de mediação e conciliação, citando Rodrigo com quinze dias de antecedência, sem cópia da petição inicial, mas com a informação de local, data e hora da audiência. Antes da audiência, o juiz indagou às partes e ao Ministério Público sobre risco de violência doméstica ou familiar e concedeu prazo para apresentação de provas.

Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) A participação do Ministério Público somente será obrigatória se houver indícios de violência doméstica ou familiar, tendo em vista que guarda e visitas podem ser objeto de autocomposição.
- (B) A citação foi nula, pois Rodrigo não foi intimado com cópia da petição inicial, o que ofende o contraditório.
- (C) Na audiência de mediação e conciliação, não é necessário que as partes estejam acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos.
- (D) Sendo ação de guarda e visitas, o juiz deveria aplicar o procedimento comum, pois não se trata de relação patrimonial passível de autocomposição.
- (E) O juiz agiu corretamente ao indagar sobre risco de violência doméstica antes da audiência e ao conceder prazo para apresentação de provas.

67. Romeu faleceu aos 72 anos, deixando bens imóveis e dinheiro em conta bancária. Não deixou testamento conhecido, e nenhum parente ou herdeiro foi localizado até o momento.

Diante da situação hipotética, considerando a existência de credores contra Romeu, é correto afirmar que o juiz poderá autorizar a alienação de

- (A) objetos de uso pessoal, livros e obras de arte, antes da declaração de vacância, se forem valiosos e suficientes à satisfação dos débitos do falecido.
- (B) todos os bens imóveis que ameaçarem ruína, mesmo sendo conveniente a sua reparação.
- (C) todos os bens móveis.
- (D) títulos e papéis de crédito, havendo fundado receio de depreciação.
- (E) bens semoventes, quando empregados na exploração de alguma indústria.

68. Carlos sofre de quadro demencial progressivo, com diagnóstico médico recente de doença de Alzheimer em estágio moderado. Mora sozinho, encontra-se sem rede de apoio e, nos últimos meses, passou a tomar decisões financeiras comprometedoras, como transferir recursos vultosos a pessoas desconhecidas. O Ministério Público, diante da situação, propõe ação de interdição, instruída com laudo médico particular e documentos bancários que demonstram risco à integridade patrimonial de Carlos. O juiz designa entrevista judicial com Carlos, mas ele não comparece por incapacidade de deslocamento, então o magistrado ouve-o em sua residência. Durante a tramitação do processo, Carlos não constitui advogado nem apresenta impugnação no prazo legal, tendo sido nomeado um curador especial. Em seguida, o juiz determina produção de prova pericial por equipe multidisciplinar, cujo laudo conclui pela necessidade de curatela parcial para atos patrimoniais e negociais. Por fim, o juiz, em sentença, decreta a interdição parcial, nomeia curador e fixa os limites da curatela.

Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) O juiz não poderia decretar interdição parcial sem a concordância expressa de Carlos, pois essa modalidade exige manifestação de vontade válida.
- (B) A falta de manifestação de Carlos impede o prosseguimento e exige a extinção do processo sem resolução de mérito, salvo se houver parente que possa intervir como assistente litisconsorcial.
- (C) O Ministério Público é parte ilegítima para propor interdição se houver familiares vivos, ainda que inertes.
- (D) A ausência de Carlos à entrevista autoriza sua oitiva no local onde estiver, sendo legítima a decretação da interdição parcial com base em prova pericial e demais elementos dos autos.
- (E) A sentença de interdição parcial tem validade a partir da averbação no registro civil, independentemente de publicação.

69. Após a prolação de sentença desfavorável, a empresa XYZ opôs embargos de declaração, alegando omissão quanto a um dos pedidos formulados na petição inicial. Três dias depois do protocolo, mas ainda antes do julgamento dos embargos, a empresa protocolou pedido de desistência dos embargos, que foi homologado judicialmente. Passados dez dias da homologação da desistência, a empresa XYZ interpôs apelação da sentença. O Ministério Público, intimado nos autos como fiscal da ordem jurídica, manifestou-se pela ocorrência de preclusão temporal, alegando que o prazo para apelar não foi interrompido pelos embargos, pois o pedido de desistência foi homologado.

Diante da situação hipotética, considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

- (A) Os embargos de declaração interrompem o prazo recursal para todas as partes do processo, e posterior desistência não interfere nesse efeito.
- (B) A homologação da desistência dos embargos de declaração reinicia o prazo recursal para todas as partes, inclusive o Ministério Público, independentemente de quem recorreu.
- (C) A desistência dos embargos de declaração impede o reconhecimento da interrupção do prazo recursal para quem desistiu, de modo que a apelação interposta após o prazo original é intempestiva.
- (D) Havendo desistência dos embargos de declaração, o prazo para apelação continua a ser contado de onde parou, caracterizando suspensão do prazo recursal.
- (E) A interposição dos embargos de declaração, ainda que seguida de desistência, interrompe o prazo recursal, reabrindo novo prazo de 15 (quinze) dias para apelação a partir da homologação.

70. Acerca das técnicas de distinção (*distinguishing*) e superação (*overruling*), utilizadas em sede de precedentes judiciais, assinale a alternativa correta.

- (A) As normas sobre fundamentação adequada quanto à distinção e superação e sobre a observância somente dos argumentos submetidos ao contraditório são aplicáveis a todo o microsistema de formação de precedentes.
- (B) O precedente vinculante não será seguido quando o juiz ou o tribunal distinguir o caso sob julgamento, dispensando-se a fundamentação quando o *distinguishing* ocorrer por meio de órgão colegiado.
- (C) Cabe ao juiz identificar os fundamentos determinantes ou demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento, sempre que uma das partes invocar jurisprudência, precedente ou enunciado de súmula.
- (D) A realização da distinção compete ao órgão jurisdicional de origem do precedente invocado.
- (E) A decisão que aplica a tese jurídica firmada em julgamento de casos repetitivos precisa enfrentar os fundamentos já analisados na decisão paradigma.

71. Suponha que Raoni e Potira são indígenas e vivem em união estável há cinco anos. Quando o relacionamento deles começou, Potira já estava grávida e, desde o nascimento de Inara, Raoni cuida dela como se fosse o pai biológico, tendo estabelecido uma relação de socioafetividade. Com o objetivo de legalizar a situação, ele ajuizou uma ação de adoção *intuitu personae* perante a Justiça Estadual de São Paulo. No entanto, ao despachar a inicial, o juiz declinou a competência para a Justiça Federal com fundamento na imprescindível intervenção da Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI.

Com base na situação hipotética apresentada, no disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

- (A) o juiz agiu corretamente, pois sempre que a adoção envolver criança ou adolescente indígena é obrigatória a intervenção e prévia oitiva de representantes do órgão federal responsável pela política indigenista, o que atrai a competência absoluta da justiça federal.
- (B) não deveria ter ocorrido o declínio de competência para justiça federal, uma vez que a intervenção e prévia oitiva de representantes do órgão federal responsável pela política indigenista (FUNAI) só é necessária quando o adotante não é indígena.
- (C) o pedido de Raoni não poderá ser acolhido, pois a legislação brasileira não mais admite a adoção na modalidade *intuitu personae*, tendo em vista o desrespeito ao cadastro, o qual é de observância obrigatória.
- (D) ainda que obrigatória a intervenção da FUNAI, deve ser mantida a competência da Justiça Estadual, já que a Vara da Infância e Juventude terá melhores condições de acompanhar o procedimento, uma vez que possui equipe interprofissional ou multidisciplinar especializada.
- (E) o juiz agiu corretamente e, para que o pedido de Raoni seja julgado procedente, ele deve ter mais de 16 (dezesesseis) anos, admitindo-se a adoção *intuitu personae* se houver comprovação da estabilidade familiar.

72. Imagine que a Empresa Mais Eventos Ltda., descumprindo determinação judicial, permitiu que menores desacompanhados não só entrassem como também consumissem bebidas alcoólicas no evento X, o que foi devidamente autuado pelo Comissariado da Infância e Juventude competente, conforme disposto em decisão prolatada pelo juiz competente.

Em face da autuação, o juiz condenou a empresa à multa de três salários-mínimos por infração ao art. 249 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Inconformada com a multa aplicada, a Empresa Mais Eventos Ltda. apelou, argumentando que a multa do art. 249 do ECA somente pode ser aplicada quando a situação envolver descumprimento de deveres relacionados ao poder familiar.

Analisando a situação hipotética, o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente e a jurisprudência recente do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

- (A) Se os menores flagrados no evento X consumindo bebida alcoólica, alcançarem a maioridade civil antes do julgamento da apelação, a maioria retroagirá para afastar os efeitos da aplicação do ECA.
- (B) Como a Empresa Mais Eventos Ltda. descumpriu ordem judicial e não determinação do Conselho Tutelar, não deveria ser aplicada a multa do art. 249 do ECA no patamar de 03 (três) salários-mínimos, mas sim em vinte salários de referência, aplicando-se o triplo em caso de reincidência.
- (C) O disposto no art. 249 do ECA não deve ser restringido aos pais, tutores ou guardiões, aplicando-se também aos que, ainda que não tenham *status* familiar, descumpram determinações específicas relacionadas a garantir a proteção integral dos menores.
- (D) O Superior Tribunal de Justiça é uníssono ao afirmar que a multa prevista no art. 249 do ECA, além de ter natureza sancionatória, possui caráter preventivo, coercitivo e disciplinador, mas não pode ser imputada às pessoas jurídicas.
- (E) A multa prevista no art. 249 do ECA tem natureza estritamente sancionatória e pode ser aplicada a pessoas físicas ou jurídicas, mas o juiz agiu em desconformidade com a lei ao impor sanção pecuniária abaixo do patamar legal.

73. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei nº 14.344/2022 (Lei Henry Borel).

- (A) As medidas protetivas de urgência serão, após sua concessão, registradas em até quarenta e oito horas no banco de dados mantido e regulamentado pelo Conselho Nacional de Justiça, garantido o acesso instantâneo do Ministério Público, da Defensoria Pública, dos órgãos de segurança pública e de assistência social e dos integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- (B) Em caso de urgência, e levando em consideração a procedência, a gravidade e a iminência da coação ou ameaça, o juiz competente, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, determinará que o noticiante seja colocado provisoriamente sob a proteção de órgão de segurança pública, até que o conselho deliberativo decida sobre sua inclusão no programa de proteção.
- (C) Já que é crime deixar de comunicar à autoridade pública a prática de violência contra criança ou adolescente, ao denunciante é vedado condicionar a revelação de informações de que tenha conhecimento à execução das medidas de proteção necessárias para assegurar sua integridade física e psicológica, cabendo ao juiz deferir as medidas necessárias após a oitiva do representante do Ministério Público.
- (D) Recebido o expediente com o pedido em favor de criança e de adolescente em situação de violência doméstica e familiar, caberá ao juiz, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, conhecer do expediente e do pedido e decidir sobre as medidas protetivas de urgência, e, em seguida, comunicar ao Ministério Público para que adote as providências cabíveis.
- (E) Compete ao Ministério Público fiscalizar os estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à criança e ao adolescente em situação de violência doméstica e familiar, devendo adotar, em até 72 (setenta e duas) horas, as medidas administrativas ou judiciais cabíveis no tocante a quaisquer irregularidades constatadas, sob pena da prática de falta grave.

74. A respeito das Entidades de Atendimento, assinale a alternativa que está de acordo com o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (A) As entidades não governamentais são obrigadas a proceder à inscrição de seus programas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, enquanto as entidades governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas diretamente no Conselho Tutelar.
 - (B) Os programas em execução serão reavaliados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no máximo, a cada 4 (quatro) anos, considerando-se, entre outros critérios, a qualidade do trabalho desenvolvido, atestada pelo Conselho Tutelar e pelo Ministério Público.
 - (C) O registro das entidades não-governamentais terá validade máxima de 2 (dois) anos, cabendo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, periodicamente, reavaliar o cabimento de sua renovação, considerando, entre outros critérios, se em seus quadros há pessoas inidôneas.
 - (D) Quando se tratar de adolescente em acolhimento institucional, dar-se-á especial atenção à atuação de educadores de referência estáveis e qualitativamente significativos, às rotinas específicas e ao atendimento das necessidades básicas, incluindo as de afeto e de educação como prioritárias.
 - (E) As entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional somente poderão receber recursos públicos se comprovado o atendimento dos princípios, exigências e finalidades do Estatuto da Criança e do Adolescente.
75. Imagine que Luiz é adolescente e foi apreendido em flagrante de ato infracional análogo ao crime de furto. Considerando que não era a primeira vez que Luiz era apreendido em flagrante pela prática de ato infracional, Daniel, representante do Ministério Público, ofereceu representação à autoridade judiciária para aplicação de medida socioeducativa. Como primeiro ato do procedimento de apuração de ato infracional, Maria, juíza, em sede de audiência de apresentação do adolescente, determinou de imediato a realização do interrogatório de Luiz, na presença de João Paulo, defensor público do menor, e de Daniel, promotor de justiça, tendo, ao final, obtido a confissão do menor.
- Com base na situação hipotética apresentada, no disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que
- (A) diante da especificidade do Estatuto da Criança e do Adolescente e do melhor interesse da criança e do adolescente, afasta-se a aplicação do Código de Processo Penal, admitindo-se que o interrogatório seja o primeiro ato da instrução.
 - (B) é vedada a atividade probatória na audiência de apresentação, e a colheita da confissão realizada nesse momento processual não poderá, de per se, lastrear a procedência da representação em face de Luiz.
 - (C) como no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente o interrogatório do adolescente não tem natureza de meio de defesa, não há qualquer irregularidade na sua realização como primeiro ato da instrução processual.
 - (D) em face da ausência de previsão legal no Estatuto da Criança e do Adolescente, aplica-se supletivamente o Código de Processo Civil, admitindo-se a realização do interrogatório do menor como primeiro ato processual, bem como a colheita de sua confissão na audiência de apresentação.
 - (E) em recente alteração legislativa, revogou-se do Estatuto da Criança e do Adolescente a audiência de apresentação do adolescente, a qual foi substituída pela audiência de custódia.

76. A respeito do procedimento da perda e suspensão do poder familiar, é correto afirmar que

- (A) a sentença que decretar a perda ou a suspensão do poder familiar será registrada à margem do registro de nascimento da criança ou do adolescente em até trinta dias, a contar da publicação da decisão no diário oficial.
- (B) ainda que o procedimento de destituição de poder familiar seja iniciado pelo Ministério Público, haverá necessidade de nomeação de curador especial em favor da criança.
- (C) se o pedido importar em modificação de guarda, será obrigatória a oitiva do adolescente – dispensando-se a da criança.
- (D) o requerido será citado para, no prazo de quinze dias, oferecer resposta escrita, indicando as provas a serem produzidas e as testemunhas.
- (E) o prazo máximo para conclusão do procedimento é de 120 (cento e vinte) dias e a circunstância de ainda não ter sido proferida sentença nos autos da ação de destituição do poder familiar não veda que seja iniciada a colocação da criança em família substituta.

77. Suponha que a Empresa Mais Açúcar Ltda. pretende iniciar sua atividade no Município de Campinas e, como ela praticará a queima da palha de cana-de-açúcar, Leonardo, responsável legal pela pessoa jurídica, dirigiu-se até o Departamento de Licenciamento Ambiental (DLA) da Prefeitura de Campinas para efetuar a solicitação da licença ambiental necessária.

Com base na situação hipotética apresentada, no disposto na legislação correlata e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

- (A) Leonardo equivocou-se ao requerer o licenciamento perante a Prefeitura de Campinas, pois, como os impactos ambientais da prática de queima da palha de cana-de-açúcar são caracterizados como transfronteiriços, a legitimidade para realizar o licenciamento dessa atividade é do Ibama.
- (B) o licenciamento ambiental é considerado um ato administrativo simples e vinculado, que decorre diretamente da Constituição e que se alicerça no princípio da precaução; contudo, Leonardo equivocou-se, pois, quando a atividade se relacionar com fogo, o licenciamento deverá ser requerido perante o órgão estadual.
- (C) o licenciamento ambiental é um instrumento de caráter repressivo da tutela do meio ambiente e, antes de requerer o licenciamento ambiental, Leonardo deveria ter elaborado o estudo de impacto ambiental (EIA), dispensando o relatório (RIMA), e, depois, participado de audiência pública, a qual é obrigatória quando a atividade envolver fogo.
- (D) o licenciamento ambiental é um dos mais importantes instrumentos de controle preventivo da Administração, tendo agido corretamente Leonardo ao requerer a licença ambiental na Prefeitura de Campinas, uma vez que é nesse município que a atividade de queima será realizada.
- (E) o licenciamento ambiental é dividido em cinco fases e, se o estudo prévio de impacto ambiental elaborado na fase prévia for desfavorável, a licença ambiental não poderá ser outorgada; além disso, Leonardo equivocou-se, pois, quando a atividade envolver fogo, os impactos ambientais não serão adstritos a apenas um município, devendo o licenciamento ser requerido perante o Governo do Estado.

78. Imagine que a Empresa Mais Minerais Ltda. atua há cinco anos na categoria de extração e tratamento de minerais e também como indústria de produtos minerais não metálicos, atividades consideradas como potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.

Considerando a situação hipotética apresentada e o disposto na lei que trata da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), assinale a alternativa correta.

- (A) Como a Empresa Mais Minerais Ltda. atua há menos de dez anos nas categorias descritas, ela é isenta do pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental.
- (B) Caso a Empresa Mais Minerais Ltda. não pague a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental até o dia 1º de fevereiro, o débito será inscrito em dívida ativa, sendo vedado o seu parcelamento.
- (C) A Empresa Mais Minerais Ltda. exerce mais de uma atividade sujeita à fiscalização e pagará a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental relativamente a apenas uma delas, pelo valor mais elevado.
- (D) A Empresa Mais Minerais Ltda. é sujeito passivo da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental e deve entregar, até o dia 31 de maio de cada ano, relatório das atividades exercidas no ano anterior.
- (E) Caso a Empresa Mais Minerais Ltda. não apresente o relatório das atividades exercidas no prazo legal, a ela será imputada multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental devida.

79. Suponha que Mateus reformou e ampliou um imóvel de 4 m² em área de preservação permanente, mesmo existindo um embargo administrativo, do qual ele foi devidamente notificado. Diante da antijuridicidade da conduta de Mateus, ele foi multado administrativamente, e foi determinada a demolição da edificação. Inconformado, Mateus ajuizou uma ação requerendo a aplicação da teoria do fato consumado e a consequente manutenção do imóvel.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:

- (A) na hipótese, aplica-se o regime da responsabilidade civil subjetiva, devendo o ressarcimento do dano ambiental ser feito, prioritariamente, em dinheiro.
- (B) ainda que se considere a natureza difusa do dano ambiental, a pretensão da Administração Pública de promover a execução da multa por infração ambiental prescreve em 10 (dez) anos, contados do término do processo administrativo.
- (C) se a Administração Pública tiver se omitido no seu dever de fiscalização, a sua responsabilidade civil por danos ao meio ambiente será objetiva, mas de caráter subsidiário.
- (D) ainda que já tenha ocorrido a reforma do imóvel, e mesmo sendo a obra de pequena extensão, não se admite a aplicação da teoria do fato consumado em tema de Direito Ambiental.
- (E) o descumprimento da legislação ambiental é suficiente, por si só, para ensejar a condenação por danos materiais difusos.

80. A respeito do dano moral coletivo, assinale a alternativa correta.

- (A) O dano moral coletivo depende de prova da dor, do sofrimento ou do abalo psicológico dos sujeitos passivos.
- (B) A alteração premeditada de projeto habitacional inicialmente destinado ao mercado popular configura dano moral coletivo por desvirtuar a finalidade social do empreendimento.
- (C) A inserção de cartões informativos no interior das embalagens de cigarros constitui prática de publicidade abusiva apta a caracterizar dano moral coletivo.
- (D) Para que a ação civil pública seja considerada o meio hábil para obter a condenação em dano moral coletivo, é imprescindível que seja ajuizada pelo Ministério Público.
- (E) Exploração comercial de atividade ilícita não configura, em si mesma, dano moral coletivo.

81. De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa,

- (A) se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Ministério Público competente, para que se proceda ao ajuizamento da ação, sob pena de responsabilização solidária.
- (B) os sócios de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos ou indiretos, caso em que responderão solidariamente.
- (C) se houver mais de um réu na ação, a somatória dos valores declarados indisponíveis poderá superar o montante indicado na petição inicial como dano ao erário ou como enriquecimento ilícito.
- (D) os atos de improbidade que atentam contra os princípios da administração pública exigem lesividade relevante ao bem jurídico tutelado para serem passíveis de sancionamento e dependem do reconhecimento da produção de danos ao erário ou de enriquecimento ilícito dos agentes públicos.
- (E) as sanções da Lei de Improbidade Administrativa não se aplicarão à pessoa jurídica caso o ato de improbidade administrativa seja também sancionado como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei nº 12.846/2013.

82. Suponha que Marcos e Mário, servidores públicos do Município ABC, dotados de dolo e agindo em unidade de vontades, facilitaram a aquisição de bem por preço superior ao do mercado, causando um prejuízo ao erário no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil) reais.

Após o regular processo judicial, o juiz reconheceu a prática de ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário e condenou Marcos e Mário, solidariamente, a ressarcir integralmente os danos causados ao erário, além de condená-los à perda da função pública e à suspensão dos direitos políticos por 10 (dez) anos.

Com base na situação hipotética apresentada e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

- (A) O juiz equivocou-se ao condenar Marcos e Mário, pois a conduta narrada não é mais prevista como ato de improbidade administrativa.
- (B) Em face da condenação, a sentença está sujeita ao reexame obrigatório, mas, caso Marcos e Mário decidam apelar, devem realizar o recolhimento das custas.
- (C) Em virtude da prática de ato de improbidade administrativa que causou dano ao erário, Marcos e Mário deveriam ter seus direitos políticos suspensos por 14 (catorze) anos.
- (D) Se Marcos e Mário comprovarem incapacidade financeira para realizar o pagamento imediato do débito, o juiz poderá autorizar o parcelamento, desde que em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, corrigidas monetariamente.
- (E) O juiz agiu corretamente ao condenar Marcos e Mário, solidariamente, a ressarcir integralmente os danos causados ao erário, já que houve unidade de vontades no cometimento da improbidade.

83. Considere que, no dia 1º de julho de 2025, a Empresa Minérios Ltda. foi responsável pela veiculação de uma publicidade que desrespeitou valores ambientais, ao incentivar a população, especificamente as crianças, a desperdiçar água. A publicidade foi veiculada no horário de maior audiência da TV aberta, em três dias consecutivos, na maior emissora de televisão do Brasil.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que a propaganda realizada pela Empresa Minérios Ltda. é

- (A) abusiva e, pela infração das normas de defesa do consumidor, a empresa está sujeita à contrapropaganda, às suas expensas, que deve ser divulgada pelo responsável da mesma forma, com a mesma frequência e dimensão e, preferencialmente, no mesmo veículo, local, espaço e horário.
- (B) abusiva, entretanto, como a veiculação ocorreu somente três vezes, a empresa não se sujeitará à imposição de contrapropaganda, mas apenas ao pagamento de multa em montante não inferior a duzentas e não superior a dois milhões de vezes o valor da Unidade Fiscal de Referência (Ufir).
- (C) abusiva e a empresa está sujeita à imposição de contrapropaganda, que deve ser divulgada pelo responsável da mesma forma e com a mesma frequência e dimensão e, obrigatoriamente, no mesmo veículo e horário.
- (D) enganosa, pois induz os consumidores em erro, e, pela infração das normas de defesa do consumidor, a empresa está sujeita à multa, interdição ou imposição de contrapropaganda, sanções que não podem ser aplicadas cumulativamente.
- (E) enganosa, ao induzir os consumidores por equiparação (*bystanders*) em erro, estando a empresa sujeita à multa, suspensão temporária de atividade, interdição do estabelecimento ou imposição de contrapropaganda.

84. De acordo com o disposto no Código de Defesa do Consumidor, se o fornecedor de serviços recusar cumprimento à oferta, o consumidor

- (A) poderá exigir o cumprimento forçado da obrigação, nos termos da oferta, desde que ainda não tenha transcorrido o prazo de 48 (quarenta e oito) horas de sua veiculação.
- (B) deverá aceitar outro produto ou prestação de serviço equivalente, em face da aplicação da boa-fé objetiva.
- (C) deverá exigir o cumprimento forçado da obrigação e, cumulativamente, exigir a rescisão imediata do contrato.
- (D) poderá rescindir o contrato, com direito à restituição de quantia eventualmente antecipada, monetariamente atualizada, e a perdas e danos.
- (E) deverá rescindir o contrato, com direito à restituição de quantia eventualmente antecipada, monetariamente atualizada, mas sem direito a perdas e danos.

85. Suponha que o Ministério Público do Estado Y ajuizou uma ação civil pública ambiental em face da Empresa X, versando sobre a desocupação de área anteriormente ocupada por moradias e a consequente recuperação ambiental da região, em que se localiza um parque estadual. A ação foi julgada procedente, e a Empresa X foi condenada a ressarcir o Estado Y das despesas que forem por ele efetuadas com a remoção dos ocupantes irregulares do local dos fatos. Todavia, passado prazo razoável, o representante do Ministério Público notou que o Estado Y ainda não cumpriu a obrigação de fazer.

Com base na situação hipotética e no disposto na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:

- (A) como precipuamente se trata de obrigação de fazer, o Ministério Público não tem legitimidade para promover a execução, ainda que se trate de direitos difusos.
- (B) quando cumprida a obrigação de fazer pelo Estado Y, o Ministério Público tem legitimidade para, concomitantemente ao Estado, promover a execução de obrigação de pagar relativa à tutela dos direitos difusos.
- (C) independentemente da natureza dos direitos e interesses versados na ação civil pública, atualmente, entende-se que a legitimidade do Ministério Público é adstrita ao processo de conhecimento, não havendo legitimidade para a execução da sentença coletiva.
- (D) já que se trata de liquidação de sentença coletiva para satisfazer interesses individuais homogêneos, o Ministério Público não tem legitimidade para requerer a execução.
- (E) a ação civil pública versa sobre direitos genuinamente coletivos, e, por isso, o Ministério Público não tem legitimidade para promover o cumprimento de sentença.

86. A respeito da ação popular, assinale a alternativa correta.

- (A) Em decorrência do princípio da estabilidade da demanda, após o despacho da ação popular, é vedado a outro cidadão habilitar-se como litisconsorte do autor desta, admitindo-se apenas a assistência.
- (B) A sentença proferida em ação popular que, apreciando o fundamento de direito do pedido, julgar a lide manifestamente temerária condenará o autor em litigância de má-fé e, conseqüentemente, ao pagamento do dobro das custas e multa de até 5% (cinco por cento) do valor da causa.
- (C) A extinção da ação popular por perda de objeto em decorrência da satisfação da pretensão do autor resulta na condenação da parte ré ao pagamento de honorários, já que reconhecido que esta deu causa à propositura da demanda.
- (D) Declarações públicas de agentes políticos, ainda que desprovidas de efeitos jurídicos vinculativos, configuram atos ilegais e lesivos para fins de admissibilidade da ação popular.
- (E) De acordo com o entendimento recente do Superior Tribunal de Justiça, é cabível o ajuizamento de ação popular para discutir interesses individuais homogêneos de caráter tributário.

87. A respeito da acessibilidade, assinale a alternativa que está de acordo com o disposto no Estatuto da Pessoa com Deficiência.

- (A) A concessão e a renovação de alvará de funcionamento para qualquer atividade são condicionadas à observação e à certificação das regras de acessibilidade.
- (B) É assegurado à pessoa com deficiência, independentemente de solicitação, o recebimento de contas, boletos, recibos, extratos e cobranças de tributos em formato acessível.
- (C) O projeto e a construção de edificação de uso privado multifamiliar devem atender aos preceitos de acessibilidade, admitindo-se a cobrança de até 10% (dez por cento) como valor adicional para aquisição de unidades internamente acessíveis.
- (D) O poder público desenvolverá plano específico de medidas, a ser renovado a cada 10 anos, com a finalidade de eliminar ou reduzir a tributação da cadeia produtiva e de importação de tecnologia assistiva.
- (E) Caberá ao poder público, diretamente, vedando-se parceria com organizações da sociedade civil para tal fim, promover a capacitação de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais habilitados em Braille.

88. É correto afirmar que o inquérito civil deve ser instaurado por meio de

- (A) resolução e pode resultar na propositura de uma ação coletiva.
- (B) despacho, que dispensa fundamentação, desde que as peças de informação estejam autuadas.
- (C) portaria e pode resultar na celebração de um compromisso de ajustamento de conduta.
- (D) um ofício e pode resultar em arquivamento, que ocorre, predominantemente, de forma implícita.
- (E) decreto ordinatório e pode ser iniciado por meio de denúncia anônima.

89. Unimed, Copersucar e Baalbek são sociedades com diferentes objetos, porém com o mesmo tipo societário: todas são cooperativas.

Assinale a alternativa que apresenta uma característica correta desse tipo societário.

- (A) Os cooperados devem participar do capital, porém cada sócio terá direito a um só voto nas deliberações, qualquer que seja o valor de sua participação.
- (B) Não é possível a divisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, exceto no caso de dissolução da sociedade.
- (C) Os sócios da sociedade cooperativa têm responsabilidade limitada.
- (D) Poderá ser simples ou empresária, a depender de seu objeto.
- (E) O *quorum* para a assembleia geral funcionar e deliberar é fundado no número de sócios presentes na reunião, e não no capital social representado.

90. De acordo com a legislação nacional, definir a política a ser observada na organização e no funcionamento do mercado de valores mobiliários e regular a utilização do crédito nesse mercado é de competência do(a):

- (A) Banco Central do Brasil.
- (B) Conselho Nacional de Economia.
- (C) Bolsa de Valores.
- (D) Comissão de Valores Mobiliários.
- (E) Conselho Monetário Nacional.

91. Trata-se de um título de crédito nominativo, de livre negociação, representativo de promessa de pagamento em dinheiro e constitui título executivo extrajudicial. Sua emissão é exclusiva de cooperativas agropecuárias e de outras pessoas jurídicas que exerçam a atividade de comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos, insumos, máquinas e implementos agrícolas, pecuários, florestais, aquícolas e extrativos.

O título que corresponde a essa definição é:

- (A) Certificado de Recebíveis do Agronegócio.
- (B) Certificado de Depósito Agropecuário.
- (C) Letra de Crédito do Agronegócio.
- (D) Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio.
- (E) Warrant Agropecuário.

92. A sociedade Alfa Ltda., regularmente constituída e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, após anos de atuação na confecção de uniformes profissionais, está em situação financeira bastante delicada. Objetivando a perpetuação de sua atividade, pede recuperação judicial. Na hipótese de o pedido ser deferido, estarão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido.

De acordo com a atual jurisprudência, é correto afirmar que é considerado existente o crédito em função da data

- (A) de homologação de acordo judicial.
- (B) em que ocorreu o seu fato gerador.
- (C) do trânsito em julgado de sentença judicial.
- (D) de assinatura do contrato de direitos creditórios futuros sem garantia de perfazimento.
- (E) da execução do contrato originador de créditos líquidos ou ilíquidos.

DIREITOS HUMANOS

93. A respeito do Sistema Interamericano, assinale a alternativa correta.

- (A) O Sistema Interamericano tem como principal instrumento a Convenção Americana de Direitos Humanos de 1949, que criou a Comissão e a Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- (B) A Convenção Americana de Direitos Humanos, em sua redação original, enunciou de forma específica diversos direitos sociais, culturais e econômicos e conta hoje com apenas 19 Estados-partes.
- (C) Uma das maiores críticas à Convenção Americana de Direitos Humanos é a ausência de um aparato de monitoramento e implementação dos diversos direitos nela consagrados.
- (D) Um Estado parte da Convenção pode não aceitar a competência da Comissão para examinar comunicações encaminhadas por indivíduos denunciando violações a direitos humanos contra ele próprio, em virtude da soberania garantida a cada ente.
- (E) A Comissão Interamericana de Direitos Humanos é integrada por sete membros, eleitos pela Assembleia Geral por um período de quatro anos, podendo ser reeleitos apenas uma vez.

94. A respeito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), é correto afirmar que

- (A) ele tem como um dos seus objetivos estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social.
- (B) o SUAS tem como um dos principais objetivos integrar a rede pública de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, o que não se aplica à rede privada, diante do seu caráter eminentemente público.
- (C) ele é considerado um sistema que, apesar de ser centralizado na União, conta com a participação dos demais entes federados que a ele aderirem expressamente.
- (D) atua com o objetivo exclusivo de proteger a família, a infância e a velhice, evitando a dispersão de ações em áreas de responsabilidade de outros setores da assistência social.
- (E) compete à instância decisória da Política Nacional de Assistência Social normatizar e padronizar o emprego e a divulgação da identidade visual do SUAS.

95. Em relação à discriminação estrutural e à discriminação institucional, assinale a alternativa correta.

- (A) A discriminação institucional pode ser caracterizada tanto por ações comissivas, como omissivas.
- (B) Diferentemente da discriminação estrutural, a discriminação institucional ocorre abertamente, podendo ser atribuída às atitudes de indivíduos específicos, confundindo-se com o sentido tradicional atribuído ao termo discriminação.
- (C) Um ponto convergente entre a discriminação estrutural e a institucional, é que ambas se caracterizam inexoravelmente pela clara intenção de discriminar.
- (D) Em decorrência do conceito de discriminação institucional, a doutrina predominante assegura que ela assume uma única forma, qual seja, a da discriminação direta.
- (E) Conceitualmente, a discriminação institucional origina-se de relações assimétricas de poder dentro das instituições públicas, não tendo qualquer relação com as instituições privadas.

96. Suponha que Jorge é plenamente capaz, tem setenta e cinco anos, está com câncer bucal e com dificuldades de locomoção, em razão da sua idade avançada. Ele começou o tratamento da sua doença na rede privada de saúde e estava em internação domiciliar, no entanto, por problemas financeiros, precisou cancelar o seu plano de saúde e buscou atendimento no SUS – Sistema Único de Saúde.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na Lei nº 8.080/1990, é correto afirmar:

- (A) como Jorge tem mais de setenta anos, ainda que no âmbito do Sistema Único de Saúde não haja previsão de internação domiciliar, o município em que ele reside deverá custear sua internação domiciliar, para que não ocorra retrocesso no direito fundamental à dignidade humana.
- (B) é possível que haja a internação domiciliar de Jorge no âmbito do SUS, o qual depende de indicação médica, com expressa concordância dele e de sua família.
- (C) como compete à direção estadual do SUS coordenar e, prioritariamente, executar as ações e serviços de saúde bucal, Jorge deverá primeiro procurar uma entidade hospitalar estadual.
- (D) já que Jorge ainda não tem oitenta anos, não há previsão de atendimento e internação domiciliar no âmbito do SUS, devendo ele se dirigir até a unidade básica de saúde para realizar o tratamento da sua enfermidade.
- (E) em que pese a situação enfrentada por Jorge, a saúde bucal não está mais incluída no campo de atuação do SUS.

97. A respeito da privação dos direitos políticos, assinale a alternativa correta.

- (A) Para que ocorra a suspensão dos direitos políticos em decorrência de sentença criminal condenatória, é imprescindível que, na parte dispositiva do *decisium*, esteja expressamente especificada tal efeito.
- (B) A suspensão dos direitos políticos em decorrência de sentença criminal condenatória transitada em julgado só ocorre se o crime for doloso e se o réu não for beneficiado com *sursis*.
- (C) A condenação por ato de improbidade administrativa é causa de perda dos direitos políticos, assim, transitada em julgado a decisão, o juiz deve formalizar a comunicação à Justiça Eleitoral para que se proceda à anotação cadastral da perda dos direitos políticos.
- (D) A suspensão de direitos políticos decorrente de condenação criminal transitada em julgado cessa com o cumprimento ou a extinção da pena, independentemente de reabilitação ou prova de reparação de danos.
- (E) Uma pessoa interdita e que se encontra sob curatela tem seus direitos políticos cassados, não tendo capacidade eleitoral passiva ou ativa. Assim, uma vez declarada a incapacidade civil em processo judicial, o juiz deverá remeter para o Tribunal Regional Eleitoral cópia da decisão.

98. Considere que no Município ABC houve um aumento abrupto do número de eleitores e que Joana, jornalista investigativa, descobriu uma grande fraude no alistamento eleitoral no referido município. Munida de provas, Joana dirigiu-se até o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e realizou uma denúncia fundamentada de fraude no alistamento do Município ABC. Em seguida, o Tribunal Regional Eleitoral determinou a realização de correição, tendo sido provada a fraude em proporção comprometedoras.

Com base na situação hipotética apresentada, é correto afirmar que

- (A) o TRE só deve determinar a revisão do eleitorado se houver prévia requisição do Tribunal Superior Eleitoral, hipótese em que o procedimento será presidido pelo corregedor do TRE.
- (B) ainda que a situação ocorra em ano eleitoral, deverá ser determinada a imediata revisão do eleitorado, sob pena da prática de crime culposo pelo corregedor do TRE.
- (C) diante da prova da fraude em proporção comprometedoras, o TRE poderá determinar a realização da revisão do eleitorado, a qual é sempre presidida pelo juiz eleitoral da zona em que será ultimada.
- (D) com a prova da fraude em proporção comprometedoras da higidez do cadastro eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral deve ser imediatamente informado do fato, já que é o único competente para realizar a revisão do eleitorado.
- (E) ao final do processo de revisão do eleitorado, será prolatada sentença cancelando as inscrições indevidas e os eleitores cuja inscrição tenha sido cancelada poderão recorrer no prazo de 30 (trinta) dias corridos.

99. Imagine que João e Maria, prefeito e vice-prefeita do Município EFG, no ano em que ocorreram as eleições para os cargos de deputado estadual e federal, abusaram da publicidade institucional do referido município ao realizar *marketing* pessoal de Fábio e André, candidatos à reeleição para os cargos de deputado federal e estadual, respectivamente.

No transcorrer do ano eleitoral – especificamente de janeiro a agosto, houve inúmeras postagens ostensivas no perfil oficial mantido pela prefeitura, elogiando o trabalho dos citados parlamentares e destacando as vantagens obtidas pelo Município em virtude da atuação de Fábio e André. Além disso, às custas do erário, houve a produção de mídias com o objetivo de promover pessoalmente os referidos parlamentares.

As publicações realizadas no *site* da Prefeitura seguiam um mesmo padrão: tinham várias fotos dos deputados, as obras realizadas no município e da relação com os mandatos dos candidatos à reeleição, além de promover pessoalmente os gestores municipais. Havia também vídeos retratando a entrega de *kits* escolares à população, com a participação direta de Fábio e André – intitulados como “pais do projeto social” –, bem como imagens da entrega de brindes e sorteios do Dia dos Pais, totalizando dez eventos realizados pela Prefeitura com clara indicação dos parlamentares como os responsáveis diretos pelas benesses à população.

Munido de um vasto acervo probatório, o membro do Ministério Público Eleitoral ajuizou ação de investigação judicial eleitoral em face de João, Maria, Fábio e André.

Considerando a situação apresentada e a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, é correto afirmar:

- (A) como não houve manifestações ostensivas de campanha eleitoral, como pedido explícito de votos, não se configurou o abuso de poder apto a ocasionar a cassação dos diplomas de Fábio e André.
- (B) julgada procedente a representação, as sanções a serem aplicadas em sede de ação de investigação judicial eleitoral são a cassação de diploma e a declaração de inelegibilidade.
- (C) a ação de investigação judicial eleitoral foi utilizada indevidamente, pois as provas retratadas não configuram nenhuma das condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais nem mesmo abuso de autoridade.
- (D) a ação de investigação judicial eleitoral, mesmo que proposta após o registro da candidatura, não pode ser ajuizada para apurar fatos ocorridos em momento anterior ao início da campanha eleitoral ou ao pedido de registro de candidaturas.
- (E) como não houve menção direta e ostensiva à pré-candidatura de Fábio e André, não é hipótese de abuso de poder, devendo a ação de investigação judicial eleitoral ser julgada liminarmente improcedente.

100. De acordo com o entendimento do Tribunal Superior Eleitoral, na hipótese de negativa de seguimento ao recurso especial e da conseqüente interposição de agravo, a parte deverá apresentar contrarrazões

- (A) somente ao agravo, em até 5 (cinco) dias, sob pena de não ser conhecido.
- (B) tanto ao agravo quanto ao recurso especial, simultaneamente, em até 48 (quarenta e oito) horas.
- (C) tanto ao agravo quanto ao recurso especial, simultaneamente, em até 5 (cinco) dias.
- (D) tanto ao agravo quanto ao recurso especial, dentro do mesmo tríduo legal.
- (E) somente ao agravo, dentro de dois dias, sob pena de não ser conhecido.

